

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Justiça federal suspende extinção de reserva 3

O Estado de S. Paulo

Título: Justiça Federal suspende extinção de reserva 14

Folha de S. Paulo

Título: PGR não pede fim do sigilo da delação de Funaro e relatos devem ficar em segredo após homologação 18

Valor Econômico

Título: Cinzas do Norte 28

Título: Fui pego de surpresa, diz Sarney Filho 40

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Justiça federal suspende extinção de reserva	3
Título: Temer cede a grupos antipreservação da Amazônia	5
Título: Um modelo sem sentido na Amazônia	6
Título: Mineradora Boa Vista não atua em área ianomâmi	8
Título: Fornecimento de óleo a navios só deve ser normalizado em outubro	9
Título: Poder em jogo.....	10

Título: Parceria para o século XXI.....	11
Título: Gabrielli e Cerveró terão que devolver US\$ 79,9 milhões.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	14
Título: Justiça Federal suspende extinção de reserva.....	14
Título: Governo defenderá a medida até o fim.....	15
Título: Nota.....	16
Título: Nota.....	16
Título: Direto da Fonte	17
Título: TCU condena Gabrielli e Cerveró por Pasadena	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: PGR não pede fim do sigilo da delação de Funaro e relatos devem ficar em segredo após homologação	18
Título: TCU condena Gabrielli e Cerveró por prejuízos à Petrobras com Pasadena	21
Título: Ligação de térmicas a óleo provoca falta de combustível para navios.....	21
Título: Preço da gasolina nas refinarias da Petrobras fechará agosto em alta de 3,9%	22
Título: Sem apoio do BNDES, Cemig planeja recorrer à Justiça para manter usinas	23
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	24
Título: Redução de ICMS para combustível da aviação criará empregos	24
Título: Dois punidos por Pasadena.....	25
Título: Extinção de reserva para na Justiça	26
Título: O “decretão” de Temer a caminho do STF	27
VEÍCULO: Valor Econômico	28
Título: Cinzas do Norte	28
Título: Harvey terá impacto no mercado global de energia	31
Título: Sanções contra executivo da PDVSA já afetam operações.....	33
Título: Dinheiro saindo pelo vertedouro.....	35
Título: Princípio da negligência	38
Título: Fui pego de surpresa, diz Sarney Filho.....	40
Título: Juiz do DF suspende decreto que extinguiu a Renca	47
Título: Leilão da ANP atrai mais estrangeiras.....	48
Título: Destaques	50
Título: Aneel pede que Eletrobras abra números de usinas	50
Título: Deputado questiona supersalários de Itaipu	51
Título: Aberdeen quer eleger dois conselheiros na Vale	52

Título: Estados mineradores ganham relatoria de MPs..... 54

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Catarina Alencastro

Título: Justiça federal suspende extinção de reserva

Liminar afirma que mudança não pode ser por decreto. Ministro Gilmar Mendes dá 10 dias para governo se explicar

Em mais um revés para o governo e em meio à polêmica em torno da liberação para a mineração em uma imensa área na Amazônia, a Justiça Federal em Brasília suspendeu, ontem, por liminar, os efeitos do decreto do presidente Michel Temer que acaba com a Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (Renca). O juiz Ronaldo Valcir Sanholo considerou que o governo só poderia alterar a área por meio de um projeto de lei, que precisa passar pelo Congresso. A Advocacia-Geral da União (AGU) já informou que vai recorrer para manter os efeitos do decreto.

A decisão do juiz de Brasília suspende "todo e qualquer ato administrativo" editado com o objetivo de extinguir a Renca. Por isso, o novo decreto de Temer publicado na segunda-feira, como resposta às críticas ao fim da reserva mineral localizada entre o Amapá e o Pará, está suspenso. Criada em 1984, no fim da ditadura militar, a Renca tem 47 mil quilômetros quadrados de área, equivalente ao estado do Espírito Santo e maior do que a Dinamarca. Na região da reserva estão sete unidades de proteção ambiental e duas terras indígenas.

O pedido para suspender o decreto foi feito em uma ação popular proposta pelo professor da Universidade de Fortaleza e advogado Antonio Carlos Fernandes. Nesse tipo de processo, qualquer cidadão pode questionar judicialmente a validade de atos que considera lesivos. Ele disse que ficou surpreso com a velocidade da decisão.

— O juiz foi muito ativo, resolveu logo. Um cidadão comum conseguir anular uma decisão presidencial é muito significativo. Aleguei que o Temer só podia ter feito o que fez mandando um projeto de lei para o Congresso — disse o professor.

Na decisão, o juiz afirma que a Constituição determina que, após outubro de 1988, somente leis podem impor mudanças na forma de utilização dos recursos naturais existentes na área de abrangência da Renca. "Portanto, a análise conjunta de todos esses normativos permite concluir que assiste razão ao autor quando sustenta ser inadequada a pretensão do Executivo Federal em extinguir (total ou parcialmente) a Renca, por meio de simples decreto e sem a prévia deliberação do Congresso Nacional", diz o despacho.

ASSINATURAS PARA CPI DA RENCA

O primeiro decreto extinguindo a Renca foi publicado em 22 de agosto. Tinha apenas quatro artigos e não deixava clara a extensão que a atividade mineradora do setor privado teria dentro da área. Com a repercussão negativa, o governo editou novo decreto, esclarecendo como será feita a pesquisa mineral na antiga Renca.

Ontem, o Psol desistiu de pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar o decreto de Temer. O partido protocolou pedido junto ao STF, mas, após o caso ser sorteado para o ministro Gilmar Mendes, os deputados da legenda recuaram. Em nota, a bancada do partido informou que o recuo veio porque já há ações na primeira instância da Justiça que atendem à solicitação de movimentos sociais.

Apesar do recuo do partido, Gilmar Mendes deu dez dias para Temer prestar explicações sobre o decreto. Só depois disso o ministro do STF vai decidir sobre o pedido do Psol.

QUESTÃO DE ELEGÂNCIA

Na área política, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) — do mesmo partido do **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho** — começou ontem a colher assinaturas para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar o decreto da Renca. Segundo a justificativa do requerimento de criação do colegiado, o objetivo é "investigar as denúncias de favorecimento a empresários canadenses na publicação do decreto que extinguiu a Renca, abrindo a exploração da área para a iniciativa privada"

O deputado reconhece, no requerimento que, desde 2016, o governo manifesta disposição em rever as restrições nas zonas de fronteira e áreas proibidas à mineração, como é o caso da Renca: "No entanto, é necessário que tais ações respeitem os interesses nacionais e sejam oferecidas de maneira equânime a todos os interessados. Por isso, chama a atenção a forma como o governo federal vem conduzindo as tratativas que culminaram com a publicação atabalhoada de dois decretos, em menos de uma semana, para tratar

exatamente da mesma questão: a extinção de uma grande reserva ambiental para exploração mineral por meio de empresas estrangeiras"

Presidente da República em exercício, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que o governo não soube avaliar o impacto que extinguir a Renca teria junto à sociedade. Ele disse que não seria "elegante" revogar, como presidente temporário, um decreto assinado pelo presidente Michel Temer, que está em viagem oficial à China.

— Foi uma decisão tomada pelo presidente. Não vou, como presidente em exercício, tomar nenhuma decisão em relação a decisões que o presidente já tomou sem um pedido do próprio presidente. Sustar um ato do presidente não seria uma decisão no mínimo elegante de minha parte. Talvez o governo não tenha avaliado o impacto que uma decisão de liberação de uma área mineral poderia ter na sociedade. Qualquer coisa que se faz naquela região tem muito impacto no Brasil e no mundo, e a gente precisa entender isso — avaliou Maia.

O deputado disse que o tema não deveria ter gerado tanta polêmica, já que o próprio **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, explicou que o decreto presidencial não mexeria nas áreas de preservação ambiental, nem alteraria a legislação ambiental.

Deputados de vários partidos, ONGs ambientalistas e a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva protestaram ontem na Câmara contra o decreto de Temer. Os oradores se revezaram para condenar o ato presidencial e dizer que o meio ambiente e a Amazônia têm sido alvo do maior ataque dos últimos tempos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Temer cede a grupos antipreservação da Amazônia

O primeiro movimento mais visível do Planalto de Michel Temer contra a preservação do meio ambiente na Amazônia ocorreu com a reserva de Jamanxim, no Pará, parte dela rebaixada de "Floresta Nacional" para "Área de Proteção Ambiental (APA)", em que há menos restrições à ocupação e exploração. Antes da desastrada viagem à Rússia e à Noruega, em junho, diante de clamores também internacionais, Temer reviu a medida provisória sobre a questão, mas foi enviado projeto de lei ao Congresso de teor semelhante. Outra dessas espertezas brasilienses. Ali já ficara evidente a intenção de Temer e seu grupo de atender a interesses existentes no Congresso no relaxamento de regras sobre a Amazônia, região vital para o clima, e não só do Brasil.

Agora, o enredo se repete. E um presidente ávido por garantir votos na Câmara que bloqueiem o envio ao Supremo da segunda acusação contra ele da Procuradoria-Geral da República, que está a caminho, volta a alterar normas para a Amazônia. Desta vez, a fim de permitir a entrada de mineradoras em área sensível. Mesmo sem o aval do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. O alvo é a Reserva Mineral de Cobre e seus Associados (Renca), entre Pará e Amapá, criada em 1984, na ditadura militar, no governo Figueiredo, e agora extinta numa penada por Michel Temer. Há reações políticas e de ambientalistas, com o acionamento da Justiça. O juiz Rolando Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, acolheu em parte pedido de liminar e suspendeu atos administrativos para acabar com a Renca.

A liminar poderá ser cassada, mas a polêmica continuará. A intenção dos militares era reservar para o Estado a exploração dos minérios — ouro, inclusive. Não havia preocupações preservacionistas. A visão do regime era “desenvolvimentista”. Como em outras áreas na Amazônia, garimpeiros já atuam no local — o que não justifica uma liberação ampla. O governo revogou o primeiro decreto de extinção para reeditá-lo com o veto explícito à pesquisa mineral em unidades de conservação. Mas sabe-se o que acontece quando se abrem fronteiras de exploração.

Os riscos são grandes: numa área equivalente ao Espírito Santo, de 46,5 quilômetros quadrados, existem, por exemplo, quatro delimitações para uso sustentável — em duas, mineração só se houver plano de manejo — e duas reservas indígenas. O potencial de conflitos é respeitável. É ilusão manter a Amazônia como um gigantesco jardim botânico. A floresta precisa ser explorada, em benefício da sociedade, mas sob extremo cuidado e com sólido embasamento científico. Não é o que tem acontecido em vários lugares, na região. E tampouco isso será patrocinado por um governo com prazo curto de validade — até dezembro de 2018 —, e uma agenda de reformas grave e urgente, mas cujo presidente só pensa em se manter no cargo a qualquer custo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Leonal Kaz

Título: Um modelo sem sentido na Amazônia

Um homem e um país podem cometer suicídio? Podem. No mesmo dia do suicídio de Vargas, 24 de agosto, o Diário Oficial da União publicou decreto do Executivo extinguindo, na Amazônia, a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), criada em 1984 pelo presidente Figueiredo. A área de 47 mil quilômetros quadrados tem o tamanho do Espírito Santo ou mais de duas vezes o tamanho de Israel. A primeira pergunta que se impõe é: pode uma canetada

tudo extinguir? Não deveria, previamente, ter ocorrido a oitiva de órgãos ambientais? Amanhã haverá outro decreto extinguindo a estátua do Cristo Redentor ou a Catedral de Brasília? A lógica não deixa de ser a mesma, embora este decreto tenha sua origem na Lei 12.278, de 2012, do governo Dilma, que “dispõe sobre alterações nos limites dos parques nacionais da Amazônia (...) e dá outras providências”. Nove fora o abrupto do decreto, cabe perguntar: é este o modelo econômico e social de país que ainda se pretende?

Aquele mesmo do extrativismo do tempo das capitanias hereditárias e do Ciclo do Ouro, aí pelos idos do século XVIII? Na década de 1950, aprendia-se na escola primária que os animais eram divididos em úteis e nocivos, segundo a ótica vigente da exploração econômica predatória. Eram tempos da era JK, que tinha como sua máxima “o progresso a qualquer preço”. Lembro-me sempre do símbolo de seu governo: a cena do presidente derrubando com um trator a maior seringueira da estrada Belém-Brasília, que então se construía; em seguida, JK caminhava sobre o imenso tronco que jazia sobre a terra. Como o Brasil é um país fundado todo dia de novo pela manhã, não é surpresa encontrar no Diário Oficial um decreto que preserva e, dia seguinte, outro que o extingue. Em 1980, houve no bairro do Jardim Botânico uma luta pela preservação da figueira da Rua Faro, que tinha mais de 350 anos. O presidente do então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (atual Ibama) a preservou por sua “magnitude, porte e rara beleza”.

Foi demitido; o que veio a seguir extinguiu a portaria. A árvore ainda está lá, graças à ação pública ajuizada que fez o procurador Samuel Buzaglo restaurar a portaria original com sua tese de que “a manutenção da figueira envolve um interesse geral e assim é óbvio que há de prevalecer sobre o interesse individual”. Agora, dá-se o mesmo. O recente episódio da destruição do Rio Doce já deveria bastar como sinal vermelho de que homens, bichos, plantas, territórios (enfim, o que constitui um país) podem ser dizimados pela lógica voraz do interesse individual. Mas a grande pergunta é esta mesma: pode o Brasil se dar ao luxo de correr o risco de dizimar uma área desta importância para a botânica, a pesquisa farmacêutica, a indústria do turismo e outras explorações não predatórias, em troca de algum minério que enriquecerá precariamente os cofres do Tesouro Nacional?

Sim, poderia até fazer algum sentido tal lógica nos anos 1950, quando as indústrias extrativas de minérios, a começar pelas petrolíferas, eram as maiores do mundo. Hoje, tudo isto está sumindo. As maiores empresas são as que usam tecnologia, informação, inteligência, comunicação, serviços. Será que nosso plano estratégico de desenvolvimento a longo prazo será este mesmo: anacrônico? Será que não há meio de construir um país que não seja sobre coisas destroçadas? Homens destroçados? Florestas destroçadas? Como me disse uma amiga: “É como o maluco que mata a mãe para, com o dinheirinho da

herança, sair por aí comprando bolsa Chanel.” A Amazônia é nossa mãe, nosso seio fértil, o que nos alimenta de oxigênio e vida. Estamos nos suicidando em nossa História.

Leonal Kaz é jornalista e curador

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Mineradora Boa Vista não atua em área ianomâmi

O GLOBO publicou informação errada sobre atividade da empresa em terra indígena

Diferentemente do que o colunista do GLOBO Arnaldo Bloch publicou no Segundo Caderno do último sábado, dia 26 de agosto, a mineradora Boa Vista Mineração, que tem entre os sócios Marina Jucá Marques, filha do senador Romero Jucá (PMDB-RR), não tem qualquer pedido de pesquisa de mineração em terra indígena ianomâmi.

Em nota à imprensa, Jucá afirma que a empresa da qual sua filha é um dos sócios "não tem nenhuma requisição de mineração em terra indígena ou reserva" A empresa Boa Vista Mineração nunca apresentou qualquer requerimento ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para pesquisar minérios em terras indígenas. A companhia já protocolou 42 requerimentos de pesquisa no órgão, todos no estado de Roraima. O foco da pesquisa é amplo, desde ouro e basalto até granito.

PEDIDOS NO DNPM

Três desses 42 requerimentos visavam a realizar pesquisas em áreas no município de Amajari (RR), a cerca de 10 quilômetros da reserva ianomâmi. Esses pedidos foram apresentados em 2013, com o intuito de pesquisar a existência de ouro no local. Mas a empresa desistiu da investida em 2015. Por isso, as áreas estão, hoje, disponíveis para eventuais interessados.

A Boa Vista Mineração também apresentou requerimentos de pesquisa em áreas que ficam a cerca de 500 metros das terras indígenas malacacheta e tabalascada, igualmente no estado de Roraima. Esses últimos pedidos estão sob avaliação do DNPM.

De todos os requerimentos que estão ativos, ou seja, que ainda estão em vigor, quatro já foram autorizados. Dois deles para pesquisar granito, no município de

Bonfim (RR), um para pesquisar ouro, em Boa Vista (RR), e outro para pesquisar basalto, também na capital de Roraima. Este último está em fase de licenciamento, segundo informações que constam do site do DNPM.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa e Ronaldo D" Ercole

Título: Fornecimento de óleo a navios só deve ser normalizado em outubro

Petrobras cita alta "inesperada da demanda" de combustível a termelétricas.

O fornecimento de bunker (óleo combustível) para os navios no Brasil só deverá ser regularizado pela Petrobras a partir de outubro, de acordo com fontes do setor. Especialistas e empresas que atuam no segmento acreditam que a redução da oferta no combustível deve prejudicar o fornecimento de insumos para a indústria, com potencial de gerar algum tipo de desabastecimento para o Natal, já que as compras estão sendo feitas neste momento. De acordo com a consultoria JLT, a navegação responde por cerca de 9% da carga movimentada no país.

Nos últimos dias, navios com bandeira do exterior, que já fazem filas em diversos portos no Brasil, passaram a buscar alternativas em outros países, como Cabo Verde e África do Sul. De acordo com a lei, as embarcações com bandeira nacional e que fazem o transporte dentro do país, a chamada cabotagem, só podem abastecer dentro do país. Por isso, representantes da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) pediram uma reunião com a Petrobras.

Na edição de ontem, O GLOBO revelou que a Petrobras direcionou a produção do óleo combustível para atender às usinas termelétricas durante o mês de agosto, o que acabou gerando redução da quantidade disponível para os navios.

EMBARCAÇÕES À ESPERA

O diretor executivo do Sindicato dos Agentes de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, disse que os problemas com o fornecimento de bunker no Porto de Santos ocorrem desde junho. — (A Petrobras) Não está cumprindo os prazos de entrega de combustível, e há muitos navios programados para receber o combustível que ficam parados esperando, sem saber se vão abastecer ou não. E não sabem se vão receber a quantidade total que haviam pedido — explicou Roque, destacando que a espera significa prejuízo.

Segundo Roque, há casos como o de um navio que saiu de Santos para abastecer em Cabo Verde, localizado na região central do Oceano Atlântico, perto da costa da África. — Já vínhamos reclamando disso desde junho, só que, agora, o problema se agravou muito mais — observou Roque.

Os reflexos foram sentidos até por empresas gregas. Segundo o site "Bunker Spot" que reúne informações sobre o setor, a Aegean Marine, da Grécia, relatou aumento da demanda por bunker nos portos da África do Sul. Thiago Gonçalves, diretor especialista em portos da JLT, lembrou que a falta de combustível vai afetar, em primeiro lugar, o transporte de insumos para a indústria como cobre, alumínio e aço, que atendem a diversas indústrias e construção civil. As empresas citam possíveis problemas no transporte de itens como arroz, trigo, milho, soja e sal.

— O mercado mais afetado é a cabotagem, e isso vai gerar problemas para o fim do ano, pois o abastecimento começa agora. A falta de bunker está afetando o planejamento — destacou Gonçalves.

O diretor geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, classificou como uma notícia "altamente preocupante": — Contratamos anualmente mais de mil navios Panamax, praticamente toda a frota existente desse tipo de embarcação, que tem tonelagem apropriada para os nossos portos. E eles abastecem aqui. Qualquer problema na contratação desses navios vai afetar todo o fluxo de exportações de grãos, de mais de 109 milhões de toneladas.

Em nota, a Petrobras disse que houve um "inesperado aumento na demanda de óleo combustível, decorrente do aumento do despacho das usinas termelétricas que impactou, de forma excepcional, a oferta de combustível marítimo e óleo combustível"

A estatal afirmou que "vem trabalhando para reestabelecer a normalização da oferta de combustível marítimo nos portos ao longo de setembro". A Petrobras esclareceu "que vem atuando junto aos seus clientes no sentido de minimizar eventuais impactos que possam ocorrer, principalmente para a navegação de cabotagem"

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em jogo

Termômetro

VALDIR COLATTO, DEPUTADO (PMDB-SC)

O deputado Valdir Colatto diz que os críticos do decreto que libera a mineração na Renca, reserva entre o Amapá e o Pará, não conhecem o texto. “No ajuste que houve, há todas as condições de segurança ambiental, de licenças, de fiscalização, de participação do Estado e, mais, exclui todas as áreas indígenas e unidades de conservação. O governo está falhando em quase tudo na comunicação. O Ministério Público está travando o Brasil. Exige tanta coisa que as pessoas que assinam laudos técnicos não o fazem por medo de serem processadas”.

RANDOLFE RODRIGUES, SENADOR (REDE-AP)

Para o senador Randolfe Rodrigues, a nova edição do decreto presidencial que permite a mineração na Renca é “uma tentativa de ludibriar a sociedade brasileira e a comunidade internacional”. “Na verdade, trata-se da maior ofensiva contra a Floresta Amazônica desde a ditadura. Nem os militares ousaram tanto contra a floresta. Vamos tentar aprovar um decreto legislativo para sustar a medida. Ingressamos com ação popular na Justiça Federal do Amapá, e representantes do Ministério Público movem lá uma ação civil pública. Só o interesse em negócios particulares justifica isso”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Aloysio Nunes Ferreira****Título: Parceria para o século XXI**

Amanhã, o presidente Michel Temer iniciará visita de Estado à China, onde participará também da Cúpula de Chefes de Estado e Governo do Brics. Sua presença naquele país é mais um passo na consolidação de uma parceria de sucesso, que se tem traduzido no estreitamento do diálogo sobre questões globais e em mais investimentos e comércio. A China é um ator central nas relações internacionais do nosso século e será, em pouco tempo, a maior economia do planeta. É o nosso maior parceiro comercial, principal importador de produtos brasileiros e fonte de investimentos fundamentais para a modernização da economia brasileira. Tem também peso crescente em áreas de interesse brasileiro e global, como paz e segurança, mudança do clima, comércio internacional e governança financeira.

A visita coincide com o crescimento do comércio bilateral e dos investimentos chineses no Brasil. Em 2016, nossas vendas ao país alcançaram US\$ 35 bilhões. No primeiro semestre deste ano, as exportações brasileiras para a China cresceram 33%. A China é hoje um dos maiores investidores estrangeiros no

Brasil. As empresas daquele país pretendem injetar na economia brasileira US\$ 20 bilhões em 2017, volume 70% superior ao investido no ano passado. Esse valor soma-se ao estoque de investimento chinês, de cerca de US\$ 50 bilhões. Com a melhora do ambiente de negócios no Brasil, as empresas chinesas, que já estavam presentes nas áreas de infraestrutura e serviços, passaram a operar nos setores de energia, transportes e agronegócio. A programação do presidente Temer incluirá um importante encontro empresarial, com o objetivo de ampliar ainda mais o relacionamento econômico e comercial.

Temos o desafio de diversificar a pauta exportadora brasileira para aumentar a participação de nossos produtos industrializados e de nossos serviços. O Brasil manterá a posição de importante fornecedor de alimentos para a China, mas busca agregar valor às exportações desses produtos, formando parcerias com empresas chinesas. Estamos trabalhando para seguir abrindo o mercado chinês aos produtos, serviços e investimentos brasileiros. Os acordos a serem assinados durante a visita presidencial demonstram que esses esforços estão dando resultado.

São acordos que selam negócios significativos, como a parceria entre a Petrobras e a petrolífera chinesa CNPC com vistas à retomada das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Incluem também a participação de companhias chinesas em projetos de grande envergadura, como a Ferrovia de Integração- Porto Sul, em Ilhéus, o Terminal do Porto de São Luís, o início das obras da linha de transmissão Belo Monte-Rio de Janeiro, a usina nuclear de Angra 3 e a construção da ponte Salvador- Itaparica. Significarão, ainda, a concessão de linhas de financiamento e garantias de mais de US\$ 10 bilhões a diferentes bancos e empresas brasileiras. O empenho do governo e do setor privado na negociação com o lado chinês tem sido fundamental para obter esses resultados.

Mas não há dúvida de que a aposta de longo prazo no Brasil é também consequência das reformas em curso, que permitiram a retomada da confiança nos rumos do país. A nossa parceria de sucesso com a China está ancorada nos interesses mútuos e no fortalecimento da nossa relação diplomática diante de um mundo em rápida transformação, caracterizado por novas tentações unilaterais, inclusive no campo econômico e comercial. Brasil e China compartilham muitos objetivos e princípios. Queremos contribuir para que os desafios globais — em áreas como comércio e finanças, mudança do clima, terrorismo, paz e segurança, e refugiados — sejam enfrentados de maneira cooperativa, com respeito ao direito internacional e ao multilateralismo.

Tanto o diálogo com a China quanto a cooperação no âmbito do Brics são fundamentais para a projeção de nossos interesses e valores em um contexto internacional marcado pelo deslocamento do centro de gravidade econômica e

política global em direção ao continente asiático. A visita do presidente Temer fortalecerá a parceria de sucesso com a China, uma parceria que não apenas beneficia ambos os países, mas contribui igualmente para a consolidação de uma ordem internacional mais justa, equilibrada e racional no século XXI.

Aloysio Nunes Ferreira é ministro das Relações Exteriores

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Vinicius Sassine

Título: Gabrielli e Cerveró terão que devolver US\$ 79,9 milhões

Valor é cobrado por prejuízos na compra de refinaria em Pasadena

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou ontem o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor da Área Internacional Nestor Cerveró a ressarcirem os cofres da Petrobras em US\$ 79,89 milhões e a pagarem multa de R\$ 10 milhões em razão de prejuízos na compra da refinaria de Pasadena, no Texas.

Esse é o primeiro resultado de uma das tomadas de contas especiais abertas no tribunal para tentar reaver o dinheiro perdido no negócio. Ao todo, foram instauradas três tomadas de contas — a que resultou na condenação de Gabrielli e Cerveró diz respeito à aquisição da segunda metade da refinaria. O ressarcimento dos US\$ 79,89 milhões é solidário, a ser compartilhado entre Gabrielli e Cerveró.

Os dois têm 15 dias, contados a partir da notificação, para comprovar o depósito do dinheiro à estatal. Cerveró, segundo a conclusão do TCU, comandou as negociações da aquisição da segunda metade da refinaria e elaborou uma carta de intenções sem “delegação do colegiado diretor nem do conselho de administração”.

Gabrielli, por sua vez, autorizou as tratativas comandadas pelo então diretor da Área Internacional, segundo o TCU. Já a multa de R\$ 10 milhões é individual e deve ser recolhida ao Tesouro Nacional, também num prazo de 15 dias. As irregularidades foram consideradas graves e, por essa razão, os dois foram condenados pelo tribunal a ficarem inabilitados para cargos públicos por um período de oito anos.

O TCU também pediu que a Advocacia-Geral da União (AGU) e a presidência da Petrobras adotem “medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, tanto quanto bastem para o pagamento do débito”. Outros investigados que

teriam concordado com o negócio devem se explicar em audiência no tribunal. Entre eles está a ex-presidente da Petrobras Maria das Graças Foster.

Nessa tomada de contas especial, o TCU eximiu de responsabilidade os conselheiros de administração da Petrobras, uma vez que o colegiado não deu aval ao negócio, conforme o tribunal. A ex-presidente Dilma Rousseff presidiu o conselho entre 2003 e 2010. Uma segunda tomada de contas trata especificamente da compra da primeira metade da refinaria, em 2006. Nesse caso, a responsabilidade dos conselheiros deve voltar a ser analisada.

BENS JÁ FORAM BLOQUEADOS

O TCU já determinou o bloqueio de bens de dez ex-gestores da Petrobras apontados como responsáveis por um prejuízo de US\$ 792 milhões na compra da refinaria de Pasadena. Entre eles estão Gabrielli, Cerveró, Paulo Roberto Costa e Renato Duque — esses três últimos investigados na Lava-Jato.

As tomadas de contas especiais estão em curso no TCU para individualizar responsabilidades e tentar obter o ressarcimento dos recursos. A compra da refinaria foi aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras num momento em que a presidente do colegiado era a então ministra Dilma Rousseff.

O TCU eximiu de culpa no negócio os conselheiros da estatal. Gabrielli disse que a área técnica já tinha isentado o Conselho, e a decisão do TCU hoje se deu em função de pressão política. Cerveró disse que a compra foi feita com base em pareceres técnicos. Os dois vão recorrer. ()

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Breno Pires / Rafael Moraes Moura

Título: Justiça Federal suspende extinção de reserva

Decisão atende a uma ação popular que busca preservar área entre Pará e Amapá; Advocacia-Geral da União já informou que vai recorrer

A Justiça do Distrito Federal suspendeu o decreto do presidente Michel Temer que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada entre os Estados do Pará e do Amapá. A decisão é do juiz Rolando Valcir Spanholo, da 21.ª Vara Federal, em resposta a uma ação popular. Para o magistrado, o fim da reserva não poderia ter sido definido por decreto, mas sim por meio de projeto de lei enviado ao Congresso. Temer publicou decreto no dia

23 e, diante da repercussão negativa, o revogou na segunda-feira, editando na sequência nova medida com “explicações”.

O novo decreto manteve a extinção e, entre os poucos pontos alterados, passou a prever um Comitê Interministerial de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca. Após a decisão da 21.ª Vara, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que vai recorrer da decisão – sem dar detalhes. O decreto do governo em relação à extinção da Renca desencadeou uma série de manifestações contrárias de ambientalistas e celebridades.

Especialistas alertaram que a medida pode fazer com que áreas hoje protegidas sejam alvo de mineração, o que o governo nega. Assim que as reações começaram, o governo federal escalou o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, para defender a medida. Com a continuidade da crise e das críticas, determinou que o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, também assumisse a tarefa. “A interpretação que se deu ao fim dessa reserva era de que a Amazônia estava liberada.

Um equívoco”, disse Sarney Filho. Em nota técnica divulgada ontem, o Ministério Público Federal disse que o fim da Renca provocará uma alta no desmate na região. Segundo o MPF, a área que estaria liberada para mineração equivale a quatro anos de desmatamento na Amazônia.

STF.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado para ser o relator de um mandado de segurança impetrado pelo PSOL contra o decreto presidencial e deu dez dias para Temer explicar a medida.

O PSOL alega que a extinção da reserva invade a competência legislativa do Congresso Nacional e tem um simbolismo muito grande, “porque demonstra de forma inequívoca que o governo federal está dando atenção à atividade econômica da mineração”. “Evidentemente que o decreto ‘sub judice’ é um plano malfeito, sem planejamento, estudos, metas, objetos, entre outras medidas necessárias, sequer visando o desenvolvimento regional, pois tem caráter entreguista e de desesperada sina de arrecadar recursos”, afirma o mandado de segurança do PSOL. Colaborou Beatriz Bulla

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Governo defenderá a medida até o fim

CENÁRIO: Tânia Monteiro e Isadora Peron

Mesmo após as polêmicas envolvendo o decreto que extinguiu a Renca, o governo federal pretende defender a medida até o fim, de acordo com interlocutores diretos do presidente Michel Temer. O Palácio do Planalto reconhece que pode ter havido falta de habilidade na divulgação do decreto, que deveria ter sido explicado antes da publicação, mas esses mesmos auxiliares reiteram que a medida foi correta.

Para o Planalto, não há motivo para as críticas porque a área mineral já estava devastada e não há mudança em relação às áreas ambientais da região. Na avaliação do governo, o decreto permitirá uma exploração racional da Amazônia nas áreas onde há reservas ricas. Ontem, o presidente em exercício, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que não vai revogar o decreto assinado por Temer. “Seria deselegante.”

Para ele, “talvez o governo não tenha avaliado o impacto que uma decisão de liberação de uma área mineral poderia ter na sociedade”. “Qualquer coisa que se faça naquela região tem muito impacto no Brasil e no mundo.”

COLABOROU CARLA ARAÚJO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes

Título: Nota

» Deu ruim.

O governo já avalia que administrou mal o decreto que extinguiu a Reserva do Cobre. Além da repercussão negativa no exterior, num momento em que Michel Temer está fora, a decisão deu munição para a oposição pôr de pé uma agenda ambiental.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor:

Título: Nota

» Em voga.

Além da Suzano, já emitiram greenbonds a Fibria, a BRF e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A instituição captou US\$ 1 bilhão para projetos em energia eólica e solar. Internamente, a primeira debênture com selo verde veio em maio, da Potami Energia, do grupo Omega Energia, somando R\$ 45 milhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Operação etanol

Depois da Operação Rosa dos Ventos, da PF, que revelou um esquema de sonegação na área dos combustíveis, a Fazenda paulista fecha o cerco, no Estado, em torno de operadoras ligadas ao etanol. Uma delas, que deve ao fisco cerca de R\$ 86 milhões, sofreu duas derrotas seguidas no Tribunal de Taxas e Impostos. Que lhe custarão cerca de R\$ 15 milhões.

Ao que se apurou, isso é apenas a ponta do iceberg. Uma lista dos 20 maiores sonegadores do setor, no Estado, mostra que, juntos, eles devem perto de... R\$ 16 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fábio Fabrini

Título: TCU condena Gabrielli e Cerveró por Pasadena

Ex-presidente e ex-diretor da Petrobrás terão de pagar R\$ 250 milhões por dano ao erário na compra da refinaria.

O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou ontem o ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor de Internacional da companhia Nestor Cerveró a ressarcir US\$ 79 milhões (cerca de R\$ 250 milhões) por dano ao erário na compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). A corte impôs ainda, a cada um, multa de R\$ 10 milhões. Na prática, no entanto, a quitação dos montantes é improvável, pois o patrimônio já rastreado de ambos não alcança o valor cobrado pelo tribunal. Cabe recurso contra a decisão. As punições são as primeiras aplicadas pelo tribunal por perdas no negócio, considerado um dos piores já feitos pela estatal. No mesmo processo, o TCU também apurava a possível ocorrência de outro prejuízo, de US\$ 92 milhões (R\$

291 milhões), pelo fato de a Petrobrás ter adiado de 2009 para 2012 a decisão de comprar uma parte da refinaria, o que implicou o pagamento de juros.

A conclusão da corte foi de que a medida foi correta e não causou perdas. Por isso, não foram condenados por esse item dez executivos, entre eles a ex-presidente da companhia Graça Foster. Carta. Por unanimidade, os ministros do TCU entenderam que Cerveró e Gabrielli foram responsáveis por uma carta de intenções na qual a Petrobrás aceitou, em 2007, pagar US\$ 700 milhões por 50% da planta de refino. Na época, a empresa já era dona de 50% dos ativos. Para o tribunal, o compromisso firmado fez com que o valor final desembolsado na aquisição ao grupo belga Astra Oil fosse US\$ 78,8 milhões mais caro. Cerveró foi quem elaborou o documento e conduziu as negociações, mas o tribunal diz haver provas de que Gabrielli autorizou “as tratativas empreendidas”. O processo julgado ontem foi o primeiro dos quatro que tratam do negócio a chegar à fase final.

Uma outra investigação, que avalia a responsabilidade da presidente cassada Dilma Rousseff, ainda será analisada. Aval. A compra de Pasadena foi feita em duas etapas, em 2006 e em 2012, ao custo total de US\$ 1,2 bilhão. Inicialmente, com aval do Conselho de Administração, a Petrobrás pagou US\$ 359 milhões por 50% da refinaria à Astra Oil que, no ano anterior, havia desembolsado US\$ 42 milhões por 100% dos ativos. “Isso representa um acréscimo de 1.690%”, disse ontem o relator do processo no TCU, ministro Vital do Rêgo. Em março de 2014, o Estado mostrou que a então presidente Dilma Rousseff votará a favor do negócio em 2006, quando era do conselho. Ela, no entanto, disse que só deu aval porque se baseou em “resumo falho”. A defesa de Gabrielli disse que vai recorrer. O Estado não localizou a defesa de Cerveró.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: PGR não pede fim do sigilo da delação de Funaro e relatos devem ficar em segredo após homologação

POR PAINEL

A sete chaves Assim como fez em algumas das delações mais rumorosas da Lava Jato, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou a colaboração de Lúcio Funaro ao relator do caso no Supremo, o ministro Edson Fachin, sem pedir o fim do sigilo do acordo do doleiro. Por isso, as revelações de Funaro devem permanecer oficialmente em segredo mesmo após a provável homologação pelo STF. Trechos da peça serão usados para engordar a nova denúncia da PGR contra Michel Temer.

Costumes Pela tradição, o STF só levanta o sigilo de delações após a solicitação do Ministério Público. Em geral, as informações são preservadas para não prejudicar investigações em andamento.

Costumes 2 No caso de Funaro, Fachin não decidirá sobre o fim do segredo de Justiça sozinho. Tende a levar o caso ao plenário, por envolver o presidente da República.

Livro aberto A respeito das especulações sobre trechos da narrativa de Funaro que envolvem Michel Temer, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República informou que o “presidente não recebeu recursos e nem tem contas no exterior”.

Livro aberto 2 “Os que quiserem procurar seus dados bancários devem consultar seu imposto de renda”, conclui a assessoria de Temer.

Enquete Parlamentares dizem que interlocutores de Janot sondaram deputados da base para medir a temperatura da Câmara antes da apresentação da segunda denúncia contra o presidente. Ouviram de um dirigente do centrão que, hoje, há forte insatisfação com o governo.

Tu o dizes Aliados do peemedebista têm disseminado texto da decisão que levou Funaro à prisão, em 2016. Janot sustentou que o operador “tem o crime como modus vivendi” e destacou que ele já havia feito delação mas “prosseguiu delinquindo”. “Traição ao voto de confiança dado a ele pela Justiça.”

Tensão O secretário-executivo do Ministério da Justiça, José Levi, tem dito a aliados que deve deixar o órgão.

Ventos e velas O presidente português, Marcelo Rebelo de Souza, disse a Temer que apoia a posição do Mercosul a respeito do ditador venezuelano, Nicolás Maduro. A União Europeia, afirmou, seguirá a mesma linha.

No limite Os principais articuladores da reforma política na Câmara querem, agora, aprovar primeiro o projeto que recria a cláusula de barreira e acaba com as coligações proporcionais. Com isso, vão pressionar os partidos menores a chegar a um consenso sobre alterações no sistema eleitoral para 2018.

Sarrafo alto Uma das hipóteses é apresentar emenda que amplie o percentual de votos que deve ser alcançado para que uma sigla possa acessar o fundo partidário. Hoje, a previsão é de 1,5%. Pode subir para 2,5%.

Tenta outra vez O PMDB voltou a sondar dissidentes do PSB sobre eventual migração para o partido. **O ministro Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia)** e seu pai, senador Fernando Bezerra (PE), são os alvos da vez.

Não no meu quintal No primeiro aceno, o assédio do PMDB a socialistas estremeceu as relações com o DEM, que também atua para atrair os dissidentes do PSB. Desta vez, houve repercussão interna. O deputado Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) não gostou da movimentação.

Pelo bolso O Senado vai punir os terceirizados que faltarem ao trabalho em dias de greve de transporte público, como a que houve na segunda-feira (28). A Casa não vai pagar o dia de trabalho a quem não tiver banco de horas para cobrir a ausência.

Articulado A maioria dos governadores do PSDB promete apoiar Marconi Perillo (GO) para a presidência da sigla, em dezembro.

Visita à Folha Jorge Abrahão, coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo e do programa Cidades Sustentáveis, visitou a Folha nesta quarta-feira (30). Estava acompanhado de Luanda Nera, coordenadora de comunicação da Rede Nossa São Paulo.

TIROTEIO

O atual coordenador político do governo só coordena o 'ítico': a metade do PSDB e o DEM. Os demais partidos não falam com ele.

DO SENADOR CIRO NOGUEIRA (PI), presidente do PP, sobre a relação do centrão com o secretário de governo de Michel Temer, o ministro Antonio Imbassahy.

CONTRAPONTO

Presidente da República em exercício, Rodrigo Maia (DEM-RJ) esteve na Câmara nesta quarta (30). Em meio à profusão de jornalistas, passou por Ivan Valente (PSOL-SP).

— Presidente! Como vai? — disse o opositor, que logo emendou:

— Sabe o que você faz? Revoga o decreto do Michel Temer sobre a Amazônia. Vai sair por cima!

Diante do conselho, Maia caiu na gargalhada, e o deputado do PSOL concluiu:

— E não deixa ele voltar!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor:

Título: TCU condena Gabrielli e Cerveró por prejuízos à Petrobras com Pasadena

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) condenou nesta quarta (30) o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli e o ex-diretor da área Internacional Nestor Cerveró pelo envolvimento na compra de metade da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).

Pela decisão, eles terão de ressarcir à estatal o valor de US\$ 79,9 milhões (cerca de R\$ 250 milhões), além de pagar uma multa de R\$ 10 milhões cada um.

O tribunal ainda proibiu que eles ocupem cargo público por oito anos. Há possibilidade de recurso para a decisão.

O TCU ainda terá de analisar outros três processos abertos sobre a compra de Pasadena, que ocorreu em 2006, durante o mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na época da transação, a ex-presidente Dilma Rousseff era presidente do conselho de administração da Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona do Rio

Título: Ligação de térmicas a óleo provoca falta de combustível para navios

A Petrobras afirmou nesta quarta (30) que um "inesperado aumento" na geração térmica teve impacto na oferta de combustível marítimo no país. A situação vem gerando transtornos para empresas de navegação de cabotagem, que dependem do combustível fornecido pela estatal.

Segundo a Abac (Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem), há dificuldades para encontrar o combustível em portos no país desde o início do mês, o que vem gerando filas de abastecimento.

A Abac diz que a situação piorou nos últimos dias. Se persistir, o cenário pode afetar o transporte de cargas no país e as exportações.

Em nota, a Petrobras diz que trabalha para regularizar o fornecimento "ao longo de setembro".

Conhecido como IFO (sigla em inglês para óleo combustível intermediário), o combustível para navios é uma mistura de dois derivados de petróleo: óleo combustível e óleo diesel.

O problema está relacionado à oferta do primeiro, considerado um derivado com menor valor de venda e, por isso, preterido pelas petroleiras na gestão dos parques de refino.

Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo), a produção nacional de óleo combustível caiu 20% em 2016, atingindo o pior nível desde, pelo menos, 2000.

Nos primeiros sete meses de 2017, registra alta de 2% com relação ao ano anterior.

Nas últimas semanas, o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) determinou a ligação de térmicas a óleo para ajudar a preservar água nos reservatórios das hidrelétricas no período seco nas bacias hidrográficas.

Nesta quarta (30), porém, de acordo com o ONS, não havia mais usinas desse tipo em operação no país, e a expectativa para setembro é que também não haja necessidade de ligar as térmicas a óleo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Preço da gasolina nas refinarias da Petrobras fechará agosto em alta de 3,9%

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (30) os últimos reajustes de preços da gasolina e do diesel no mês de agosto, que começam a vigorar na quinta (31). Com os aumentos de 0,5% e 2,5%, respectivamente, os preços da gasolina e do diesel fecham o mês com alta acumulada de 3,9% e 4,7%.

Desde o início de julho, a estatal pratica uma política de reajustes mais frequentes —às vezes diários— nos preços dos dois produtos, com o objetivo de competir com importações por empresas privadas.

Com o aumento anunciado nesta quarta, o preço da gasolina terá sido reajustado 22 vezes em agosto, 11 delas para cima. No caso do diesel, serão 24 reajustes, 13 delas para cima.

A nova política dá liberdade à área comercial da empresa para decidir por alterações nos preços, desde que o valor acumulado não ultrapasse 7%, para cima ou para baixo, no mesmo mês.

Uma vez por mês, o GEMP (Grupo Executivo de Mercado e Preços), formado por representantes da diretoria, avalia os resultados.

Segundo a empresa, em reunião nesta quarta, o GEMP concluiu que, em agosto, "os ajustes promovidos têm sido suficientes para garantir a aderência dos preços praticados pela companhia às volatilidades dos mercados de derivados e ao câmbio".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: MARIANA CARNEIRO JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA****Título: Sem apoio do BNDES, Cemig planeja recorrer à Justiça para manter usinas**

A Cemig sofreu um revés nesta quarta (30) em sua tentativa de negociar um empréstimo de cerca de R\$ 5 bilhões do BNDES e assegurar a concessão de hidrelétricas em disputa com a União.

Em reunião no Ministério do Planejamento, os executivos da estatal mineira informaram que a negociação com o BNDES não prosperou, pois o banco apresentou entraves jurídicos à concessão do empréstimo. Sem a ajuda do banco estatal, é mais difícil a Cemig conseguir evitar a perda das usinas.

A companhia de energia mineira tenta o empréstimo para pagar a União pelas usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, previstas para irem a leilão no dia 27 de setembro. O leilão foi suspenso pela Justiça Federal. A AGU recorreu e aguarda decisão.

O governo calcula arrecadar R\$ 11 bilhões com a privatização de quatro usinas que eram da Cemig —as três acima e Volta Grande.

A receita é importante para alcançar a meta de déficit orçamentário de R\$ 159 bilhões neste ano. E ficou ainda mais relevante num momento em que o Congresso resiste em aprovar o Refis, programa de refinanciamento de dívidas tributárias.

Se as duas receitas fracassarem, a avaliação de integrantes da equipe econômica é que ficará difícil cumprir a meta deste ano.

Na conversa desta quarta, os executivos da Cemig voltaram a dizer que aceitam entregar a usina de Volta Grande, avaliada em R\$ 1,3 bilhão.

Dos R\$ 9,7 bilhões que faltam, R\$ 2,2 bilhões seriam pagos com recebíveis de 15 grandes clientes que firmaram uma carta se comprometendo a comprar energia. Outros R\$ 2,8 bilhões seriam pagos com recursos próprios, parte com uma eventual operação de aumento de capital.

Faltariam, portanto, R\$ 4,7 bilhões, que a empresa tentou viabilizar com o empréstimo do BNDES.

Um empréstimo privado, segundo a equipe econômica, não sairia antes da data do leilão, pois demandaria análise mais demorada. Além disso, a Cemig já tem elevado endividamento e não teria garantias a oferecer.

Uma nova solução foi apresentada ao governo nesta quarta e poderia envolver a Vale, na associação que a mineradora tem com a Cemig na geradora de energia Aliança.

A sociedade participaria do leilão e se responsabilizaria pelo pagamento, o que faria a Cemig dividir custos com a Vale. Mas a operação precisaria de um sinal verde de órgãos de controle, como os tribunais de contas federal e estadual, o que foi visto pelo governo como um imbróglio jurídico de difícil solução.

Os integrantes da equipe econômica consideraram que a Cemig não tem os recursos para pagar pela concessão das três usinas, mas deram mais tempo para a empresa tentar fechar a operação. Nova reunião foi marcada para a próxima semana.

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirma que o leilão seria um "tiro no pé" do governo. A disputa jurídica que o impasse vai provocar e a insatisfação dos mineiros, que prometem ocupar as usinas, tendem a afugentar investidores, segundo ele.

"Haverá guerrilha social e guerrilha jurídica", disse. "E poderá ter consequências políticas." Anastasia afirma que os 53 parlamentares mineiros estão unidos e cobrarão uma solução do governo federal.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Felipe Carretas

Título: Redução de ICMS para combustível da aviação criará empregos

A redução da alíquota do ICMS sobre o combustível dos aviões, hoje em discussão no Senado, é o caminho mais rápido para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país por meio da retomada de novos voos e o consequente crescimento do número de passageiros em todo o território nacional, especialmente no Nordeste, região com forte vocação para o turismo.

Tenho a convicção de que a fixação de uma alíquota máxima de 12% do ICMS sobre o combustível dos aviões (há estados, como São Paulo, que chegam a cobrar 25%) impulsionará a competitividade das companhias aéreas brasileiras e garantirá, além da retomada de voos que foram perdidos nos últimos anos por causa da crise, o lançamento de outros. Com a aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 55/2015, que trata dessa medida, 74 voos diários poderão ser criados, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

Muita gente não sabe que o Brasil é o único país que tem um imposto estadual sobre o combustível dos aviões. Além disso, o maior custo das companhias aéreas nacionais é com o querosene de aviação (QAV), responsável por 26% dos custos totais de uma companhia, enquanto que a média mundial é de 14%. Essa situação faz com que o preço da passagem aérea para um voo entre São Paulo e Recife, por exemplo, seja muitas vezes mais alto do que entre a capital paulista e Buenos Aires, prejudicando toda a cadeia do turismo.

Importante lembrar dos benefícios que a aviação comercial traz para a economia dos estados: a cada um real gerado pelo transporte aéreo, são

gerados oito reais em toda a cadeia produtiva. Além disso, para cada emprego criado pelas companhias aéreas, outros 10 são criados pelos setores que são beneficiados por essa atividade.

Hoje, 18 estados praticam alíquota de ICMS sobre o QAV de 12% ou menos, gerando impacto positivo nas economias locais, mais empregos e renda nas cidades impactadas por novos voos e mais frequências. Somente no Nordeste, a aviação comercial e os setores impulsionados por ela geram 906,3 mil empregos, pagam por ano R\$ 8,3 bilhões em salários e contribuem com a arrecadação anual de R\$ 3,5 bilhões em impostos.

O exemplo de Brasília mostra o benefício da adoção do desconto do ICMS sobre o QAV. No Distrito Federal, a redução da alíquota de 25% para 12%, em abril de 2013, resultou na criação de 56 voos num prazo de 90 dias. Um ano depois, foram registrados 206 novos voos e rotas. Entendemos que a resistência em São Paulo contra o projeto se dá por desconhecimento de que a redução no estado que pratica a maior alíquota do Brasil pode viabilizar voos para um amplo conjunto de regiões e cidadãos hoje privados de acesso a voos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luis Cláudio Cicci

Título: Dois punidos por Pasadena

O ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, e o ex-presidente da empresa Sérgio Gabrielli são os primeiros punidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no processo que investiga a compra de uma refinaria na cidade norte-americana de Pasadena. Em sessão na tarde de ontem, os ministros do TCU aprovaram por unanimidade o parecer do ministro Vital do Rêgo, que rejeitou as alegações da defesa e considerou irregulares as contas apresentadas pelos dois dirigentes.

Cerveró e Gabrielli estão condenados por infrações que o tribunal considerou graves e terão que fazer o ressarcimento ao erário de US\$ 79,89 milhões, ou R\$ 252,4 milhões. Cada um também recebeu multa de R\$ 10 milhões, ambos estão impedidos de exercer cargos públicos e terão seus bens arrestados. A decisão do tribunal tem relação especificamente com o trâmite para a assinatura de uma carta de intenções que a Petrobras firmou com a empresa belga Astra, numa negociação que se desenrolou entre 2006 e 2012.

Prejuízo

O TCU investiga a transação para compra pela estatal brasileira da refinaria por meio de quatro tomadas de contas especiais, que integram um só processo. A

investigação, que teve início por meio de representação do Ministério Público, do tribunal considera, além dos trâmites para a assinatura da carta de intenções, os débitos resultantes da aquisição, os respectivos passivos trabalhista e tributário e, por fim, a participação da Astra no negócio, que resultou em prejuízo para a estatal brasileira próximo a R\$ 1 bilhão.

A sentença da tarde de ontem implica a não responsabilização dos integrantes do conselho de administração da Petrobras no processo que culminou com a assinatura da carta de intenções. “Não haveria a menor possibilidade de a diretoria anuir com a carta de intenções”, comentou o ministro André Luís de Carvalho. Na noite de ontem, as defesas dos dois dirigentes condenados anunciaram a decisão de recorrer da sentença. “Não há nada que demonstre que Gabrielli autorizou a carta”, disse, para justificar a contestação, o advogado Antonio Perilo, que atua em nome do ex-presidente da empresa. A Astra, em 2005, pagou US\$ 42,5 milhões pela refinaria. Um ano e sete meses depois, a venda à Petrobras rendeu acréscimo de 1.690%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Extinção de reserva para na Justiça

A extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), localizada entre o Amapá e o Pará, por meio de um decreto emitido pelo presidente Michel Temer, será decidida na Justiça. O juiz federal Rolando Spanholo, da 21ª Vara do Distrito Federal, suspendeu qualquer decreto de lei que autorize a imediata exploração de minerais na região. A decisão foi tomada em acolhimento a uma ação popular. No Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes vai julgar um mandado de segurança sobre o caso.

No primeiro pedido para impedir a exploração da área, o cidadão Antônio Carlos Fernandes questiona a legalidade do decreto, argumentando que esse tipo de mudança na lei só pode ser realizada com a aprovação do Congresso Nacional. Na petição, Fernandes diz que a área de reserva extinta é do tamanho da Dinamarca, no meio da Floresta Amazônica. De acordo com a organização WWF Brasil, na região estão inseridas sete unidades de conservação, além das terras indígenas Waiãpi e Rio Paru D’Este.

O magistrado lembrou, na decisão, que o artigo 225 da Constituição Federal determina que todos os que exploram esses recursos devem recuperar a área degradada. “Ou seja, a lei, expressamente, normatizou a exploração de recursos minerais no próprio bojo do capítulo que trata sobre o meio ambiente”,

descreveu o jurista ao suspender qualquer ato atual ou que venha a ser editado com a finalidade de conceder a região da Renca para exploração. A Advocacia-Geral da União informou que vai recorrer da decisão. Uma outra ação, impetrada pelo deputado Glauber Braga (PSol-RJ), no STF, será analisada pelo ministro Gilmar Mendes.

Protesto

Ontem, um ato contra a extinção da Renca foi realizado na Câmara dos Deputados. A Frente Parlamentar Ambientalista organizou o ato e recebeu da Avaaz (rede para mobilização social global através da internet) quase 700 mil assinaturas coletadas em um abaixo-assinado on-line contra a destruição da Amazônia. Parlamentares de diferentes partidos e representantes de organizações do movimento ambiental participaram da manifestação. Mudanças de ipês foram distribuídas durante o evento.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Leonardo Cavalcanti (interino)

Título: O “decretão” de Temer caminho do STF

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a atividade de mineradoras em áreas indígenas e ambientais no Pará dá uma ideia do imbróglio jurídico envolvendo o “decretão” do presidente Michel Temer extinguindo a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). Há pouco mais de dois meses, o STF recusou ações da empresa Vale e do governo estadual, confirmando a decisão monocrática do desembargador federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em suspender o empreendimento Onça Puma, que cruza as terras da reserva Xikrin (PA).

O relator do processo no TRF determinou a imediata paralisação das atividades até que se conclua uma perícia multidisciplinar sobre os danos causados ao meio ambiente, além do pagamento de um depósito mensal de R\$ 1 milhão para cada aldeia dos povos xikrin e caiapós. Entre os estudos apresentados contra o empreendimento, há mostras de concentração de metais acima dos limites estabelecidos e registros de aumento de casos de má-formação de recém-nascidos. Souza Prudente diz que até o papa Francisco se solidarizou com a situação enfrentada pelos povos da Amazônia.

» » »

A mineração Onça Puma, subsidiária da Vale, obteve, em 2004, a licença prévia para a atividade. Em nota, logo depois da decisão do STF, a empresa argumenta que a atividade está licenciada pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará, desenvolve projetos com a comunidade e faz depósitos anuais de R\$ 13 milhões aos indígenas. A suspensão das atividades dá uma dimensão da insegurança jurídica e de investimentos a partir de acordos e legislação frágeis.

» » »

Magistrados e especialistas em direito ambiental ouvidos pelo Correio consideram que um decreto como o que extinguiu a Renca, há uma semana, só pode ser feito para regulamentar uma determinada lei, segundo o artigo 84 da Constituição. Assim, não existe, na ordem jurídica do Brasil, um decreto autônomo. Além disso, a partir de convenções internacionais, seria preciso autorização do Congresso no caso da Renca. O poço é mais fundo do que o Planalto imagina.

Renca I

A decisão do juiz Roland Spanholo, da 21ª Vara do Distrito Federal, em vincular ao Congresso a edição de uma lei para extinguir a reserva era consenso entre os especialistas em direito ambiental, por fazer referência a tratados internacionais. Assim, o trabalho da Advocacia-Geral da União (AGU), que vai recorrer da decisão de Spanholo, será dos mais complexos, principalmente pelas decisões anteriores do Supremo.

Renca II

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, não esperava uma repercussão tão negativa do decreto presidencial extinguindo a reserva. Sabia que teria algum desgaste e chegou a computar eventuais arranhões na relação com ambientalistas, mas não tão profundos. Como esta coluna mostrou ontem, a agenda oficial do ministro nas quintas e sextas-feiras estão dedicadas a assuntos ou viagens maranhenses. Ele é pré-candidato ao Senado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Maria Cristina Fernandes

Título: Cinzas do Norte

Até a bancada ruralista tirou o corpo fora. Responsabilizada pelo decreto de extinção da Reserva Nacional do Cobre, a Frente Parlamentar da Agropecuária logo tratou de esclarecer que nada tinha a ver com a ameaça à área que abriga o maior parque de florestas tropicais do mundo. À bancada já parecia suficiente se ocupar da MP 793. Em meio a uma reforma da Previdência que convoca os brasileiros a contribuir mais e receber menos, a medida provisória reduz a alíquota de contribuição e parcela as dívidas previdenciárias das empresas agropecuárias em até 15 anos.

Frequentemente tratados como farinha do mesmo saco, agronegócio e mineradora sempre foram concorrentes, do sustento da balança comercial desde o Brasil colônia à redução das florestas e da população indígena. Muitos governos se esforçaram no sentido de contemplar suas ilimitadas demandas, mas nenhum deles foi tão bem sucedido quanto o do presidente Michel Temer.

E não o acusem de ter escamoteado sua plataforma. Está quase tudo lá nas páginas da pinguela para o futuro. Relator do documento, general do impeachment, ministro sem pasta e líder do governo no Congresso, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), é autor de um projeto de lei de flexibilização de licenciamentos que, em 20 páginas, não cita uma única vez o Ibama. O senador, cuja família é proprietária de mineradora, é autor de outra proposição que autoriza mineração em área indígena.

Mineração e agronegócio são a nova fronteira

A força de parlamentares como Jucá, tricampeão em denúncias por corrupção da semana, é um bálsamo para aqueles que custam a ver uma luz no fim do túnel da Lava-Jato. Em meio a tantas indefinições no tradicional mercado de fornecedores da política, o governo Temer abre novas fronteiras de prospecção.

Jucá é apenas um dos desbravadores deste governo. Outro personagem das páginas policiais, o ministro da Agricultura Blairo Maggi, acusado pelo ex-governador do Mato Grosso de ser o chefe da corrupção no seu Estado, é o inspirador de medidas provisórias como a que mitigou a suada função social da terra na Constituinte (759) ou aquela que reduziu áreas sob preservação (756). Com a nova denúncia contra o presidente que está para aterrissar no Planalto Central, o céu é o limite para as emendas da bancada ruralista à MP do Funrural.

O jovem **ministro das Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**, cujo cargo costumava ser atribuído ao impedimento do pai, senador enredado na Lava-Jato, impressionou os empresários do setor pela rapidez com a qual se assenhorou da Pasta. O açodamento do decreto que revogou a Reserva

Nacional do Cobre acabou por jogar suspeição sobre a privatização da Eletrobras, projeto mais ambicioso de sua gestão.

A resistência dos aliados do presidente em entregar seus feudos na Chesf e em Furnas corre o risco de limitar a privatização à Eletronorte. A modelagem do potencial hidrelétrico da região estará sob o comando de um ministro que antecipa para investidores estrangeiros um decreto que abre a joia da coroa do solo e do subsolo nacionais.

Tivesse sido dissuadido pela reação, o governo teria suspenso o decreto. Preferiu editar um outro que mantém as áreas de preservação dentro da reserva mas abre brechas à exploração de riqueza mineral que Pedro Celestino compara à de Carajás. Favorável à prospecção da área nos termos estabelecidos pelo decreto de 1984 e presidente do Clube de Engenharia, entidade de viés nacionalista, Celestino vê no conjunto da obra regulatória do governo Temer a 'africanização' da exploração mineral brasileira. Talvez não precisasse ir tão longe. A tragédia do Vale do Rio Doce, que permanece sem culpados, confere aos planos para o Oiapoque passaporte nacional.

As novas fronteiras abertas pelo governo Temer contrariam uma demarcação feita na ditadura e ameaçam um parque nacional (Tucumaque) da reserva, criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso contra o interesse de mineradoras. Na época de sua criação, nos anos 1990, restavam apenas 120 índios na região. Hoje são 2,5 mil.

Senador pelo Amapá, Estado que tem a maior fatia da reserva, Randolphe Rodrigues (Rede) é autor de uma das muitas ações que já foram impetradas contra o decreto do governo, uma das quais foi acolhida ontem por um juiz do Distrito Federal. O senador rechaça o argumento de que a atual regulação não tem dado conta dos garimpeiros. O que não tem sido capaz de frear o garimpo ilegal, diz, é a falta de fiscalização. A área brasileira do parque, uma Holanda dentro de uma Dinamarca, que corresponde à área total da reserva, é 20 vezes maior que a aquela que fica do lado da Guiana Francesa. A área sob jurisdição francesa, diz Randolphe, tem 60 funcionários. A brasileira, três.

Na Guiana, a visitação turística transformou a área num ativo com retorno econômico. No Brasil, os novos marcos regulatórios da agricultura e da mineração ameaçam transformar a Amazônia num parque de diversões do oportunismo. São mudanças que, ao contrário da legislação trabalhista ou previdenciária, não são passíveis de aperfeiçoamento, por ameaçarem danos irreversíveis.

No domingo, o maior Estado do Norte elegeu (pela quarta vez) Amazonino Mendes ao governo do Estado. Mas o vencedor da disputa foi a soma de votos

em branco, nulos e abstenção. Numa leitura otimista, o resultado é uma prévia do que as novas fronteiras deste governo vão colher em 2018. Na pessimista, é apenas um sinal de que o eleitor da região, que só vê crescer o desmatamento e a violência, entregou os pontos.

Hillary x Trump

A Eurasia resolveu incendiar a disputa entre João Doria e Geraldo Alckmin. O relatório da consultoria diz que o impedimento de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na disputa de 2018 não deveria murchar o balão do prefeito de São Paulo, hoje o político mais associado ao antipetismo. O texto assinado pelo analista Christopher Garman chama Alckmin de "Hillary Clinton do Brasil" ao associar o governador de São Paulo ao perfil tradicional de político que o eleitor passou a rejeitar. Se Alckmin é Hillary, só resta a Doria assumir o figurino de Donald Trump.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Alison Sider e Stephanie Yang | Dow Jones Newswires

Título: Harvey terá impacto no mercado global de energia

A tempestade tropical Harvey está afetando drasticamente o fluxo de petróleo em todo o mundo, uma consequência da crescente influência dos EUA sobre o setor global de energia.

Desde a última vez em que uma grande tempestade cruzou a costa americana do Golfo do México, grandes quantidades de petróleo e gás natural foram extraídas das formações de xisto nos EUA.

Embora a produção desses campos responda por apenas uma pequena parcela do mercado de petróleo mundial, ela alimenta um enorme volume de exportações de gasolina, produtos químicos, plásticos e petróleo, o que significa que o Harvey terá repercussões de dimensões mundiais.

Além disso, a costa americana do Golfo do México se tornou um elo cada vez mais decisivo da cadeia energética global. Os embarques originários da região atendem atualmente 6% da demanda mundial por petróleo e outros combustíveis - o dobro do percentual observado em 2012, de acordo com o Barclays.

Isso significa que Harvey, a pior tempestade a atingir o Texas em 50 anos, provavelmente provocará episódios de escassez que afetarão consumidores de Houston a Pequim. Países como o México - que dependem dos EUA para atender até metade de suas necessidades de gasolina, segundo o Departamento de Energia americano - são os que mais tendem a sentir os efeitos, disseram analistas.

"As consequências de uma grande ruptura [na infraestrutura] da costa americana do Golfo do México serão sentidas nos preços praticados nos mercados de derivados da América Latina e da Europa e nos mercados de petróleo tão distantes quanto os da Ásia", escreveram analistas do JP Morgan Chase.

Os EUA se tornaram um exportador líquido de produtos refinados em 2011. As exportações americanas de gasolina dispararam 33% em 2016 - alcançando um volume recorde - e continuaram a crescer neste ano. Cerca de 17% da gasolina e de 39% do diesel produzidos neste ano na Costa do Golfo do México foram exportados, segundo a Turner, Mason & Co.

As próprias exportações de petróleo, que eram proibidas antes de 2015, cresceram a partir de um volume irrisório e ultrapassaram 1 milhão de barris/dia em alguns períodos deste ano, com destino à China, Holanda e ao Peru.

Harvey interrompeu boa parte desse fluxo. Os portos ao longo do litoral do Texas, incluindo os de Houston e Corpus Christi, fecharam, e agora alguns deles na Luisiana tiveram o mesmo destino.

Embarcações que pretendiam aportar para serem carregadas com petróleo destinado a mercados externos mudaram de rota antes de entrar em Corpus Christi na semana passada, e um petroleiro que estava em Port Arthur desde o dia 19 não consegue partir devido ao mau tempo, segundo a empresa de monitoramento Kpler.

A produção de combustíveis também foi reduzida. Cerca de 20% da capacidade de refino dos EUA foi desativada devido à tempestade, e esse percentual passou a subir desde que Harvey começou a tomar o rumo leste, ameaçando mais unidades de produção. A tempestade interrompeu o fornecimento de petróleo às refinarias que continuam a operar.

"Embora todos estejam encarando o impacto de uma perspectiva centrada nos EUA... a interrupção nas exportações de combustíveis dos EUA para lugares como a América Latina pode, na verdade, acabar sendo um problema maior", disse Michael Tran, diretor da RBC Capital Markets. "Quando se tira uma peça

de um quebra-cabeças, há um efeito significativo de contágio sobre outras regiões."

Os participantes do mercado já estão começando a reagir. Os fluxos de comércio exterior deverão começar a mudar, a fim de trazer mais combustível da Europa para a América Latina, que normalmente compraria o produto dos EUA, disseram analistas. Segundo a consultoria McQuilling Services, já há pedidos de informações sobre cargas originárias de St. Croix e da costa leste do Canadá para destinos normalmente atendidos por produtores do Golfo do México.

As refinarias afetadas pela tempestade abastecem a Costa Leste dos EUA com boa parte de seu combustível, com remessas de gasolina e de diesel por meio de oleodutos que se estendem por milhares de quilômetros. O Oleoduto Colonial, o maior dos EUA, informou na terça-feira estar operando com capacidade reduzida devido à diminuição do volume de combustível vindo da região de Houston e a danos causados pela tempestade em algumas estações de carregamento e bombeamento.

Matthew Smith, diretor de pesquisa em commodities da ClipperData, disse que a Costa Leste corre o risco de "ficar de certa maneira desatendida" com a limitação dos fluxos da Costa do Golfo do México. Em decorrência disso, carregamentos europeus também começam a se encaminhar para a região. Companhias marítimas em Londres disseram que desde o início da semana quase 40 navios já foram reservados ou estão sendo contratados para levarem combustíveis aos EUA. Isso já provoca uma alta nos preços do frete de petroleiros para rotas transatlânticas para mais de US\$ 20 mil por dia para uma viagem padrão, de cerca de US\$ 3.500 há uma semana.

Não está claro o grau de desestabilização a ser infligido por Harvey. Se as refinarias tiverem sofrido danos significativos, poderão ficar sem produzir por meses. Mas, mesmo se as produtoras, oleodutos e refinarias conseguirem se recuperar relativamente rápido, os transtornos podem demorar a passar.

"A volta à normalidade para as exportações e para o setor e a região ocorrerá dentro de meses, e não semanas. Temos de reconhecer isso", disse o analista Michael Cohen, do Barclays.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Alexandra Ulmer e Marianna Parraga | Reuters, de Caracas e Houston

Título: Sanções contra executivo da PDVSA já afetam operações

As sanções americanas ao vice-presidente financeiro da estatal PDVSA vêm provocando o bloqueio de exportações da Venezuela para os EUA, com as instituições financeiras se recusando a fornecer cartas de crédito a potenciais compradores, segundo três fontes.

As empresas americanas estão impedidas de negociar com empresas ou pessoas sob sanção e uma das fontes disse que as sanções ao vice-presidente de finanças da PDVSA, Simón Zerpa, estão dissuadindo algumas empresas de investirem na companhia, uma vez que muitas das transações da PDVSA são ligadas ao departamento que ele comanda. Um carregamento de petróleo para os EUA foi bloqueado este mês porque os bancos se recusaram a fornecer cartas de crédito a clientes da PDVSA, informaram essas fontes.

As cartas de crédito, emitidas por bancos, garantem ao vendedor que o comprador pagará um determinado valor no prazo quando um carregamento for aceito. Sem isso, as mercadorias não podem ser entregues e o remetente não é pago. O bloqueio às cartas de crédito para a exportação de petróleo da PDVSA nega à companhia um dinheiro do qual a Venezuela precisa desesperadamente.

A PDVSA é o motor financeiro do governo do presidente Nicolás Maduro, que enfrenta uma das piores recessões na história da Venezuela e turbulência política.

A refinaria americana PBF Energy, por exemplo, não conseguiu obter uma carta de crédito para uma carga de petróleo venezuelana que seria recebida em um porto dos EUA. O navio petroleiro Suezmax de nome Karvounis está ancorado no Golfo do México há mais de um mês. Ele descarregou parte de sua carga em 23 de agosto em Nova Orleans. Um operador a par da situação disse que a PBF Energy acabou concordando em fazer um pré-pagamento, removendo a necessidade de uma carta de crédito. Mas ainda não se sabe o que acontecerá com o resto da carga.

Alguns clientes americanos podem importar sem uma carta de crédito se pagarem adiantado.

Em julho, os EUA impuseram sanções a 13 autoridades de alto escalão da Venezuela, incluindo o comandante do Exército, o chefe da polícia nacional, o diretor geral das eleições e Zerpa. Neste mês, os EUA impuseram suas primeiras sanções econômicas à Venezuela, proibindo a negociação de parte da dívida de bônus emitidos pelo governo e pela PDVSA.

O problema poderá atingir mais operações comerciais da Venezuela se os bancos se recusarem a conceder crédito para companhias que possuem

relações com a PDVSA. As companhias estrangeiras de petróleo que financiam projetos na Venezuela e instituições financeiras que negociam com a PDVSA estão evitando assinar acordos que possam envolver Zerpa, segundo as fontes ouvidas pela Reuters.

Uma fonte da PDVSA disse que a China National Petroleum Corporation (CNPC) desistiu de financiar algumas operações de sua joint venture na Venezuela. A PDVSA e o Ministério da Informação não responderam aos pedidos da Reuters para comentários. Zerpa não foi encontrado para comentar o caso.

"A PDVSA terá mais problemas somente por manter como diretor financeiro um indivíduo alvo de sanções", disse Jorge Piedrahita, executivo-chefe da corretora Gear Capital Partners. "Até mesmo os russos e o Banco de Desenvolvimento da China deverão pensar duas vezes em assinar algo com ele, pois poderão se sujeitar a danos colaterais decorrentes das sanções por associação."

Zerpa, de 34 anos e aliado próximo da Maduro, ganhou destaque liderando um fundo bilateral Venezuela-China, por meio do qual Caracas toma recursos emprestados por Pequim e paga os empréstimos na forma de petróleo e combustíveis. A Venezuela tomou emprestados mais de US\$ 60 bilhões da China, o que rendeu a Zerpa o apelido de "Zerpa, o chinês".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Dinheiro saindo pelo vertedouro

Os consumidores brasileiros não deviam, mas já se acostumaram a receber as contas dos esqueletos deixados em algum canto por alguém. O setor elétrico tem o maior necrotério e em suas gavetas estão armazenadas contas de um passado recente e até do presente, o que torna os esqueletos ainda bem fresquinhos, sem a necessidade de uso de quaisquer tecnologias modernas para identificar o DNA.

Os valores são multibilionários, muito maior do que o novo rombo fiscal. Nos últimos 4 anos, por exemplo, os consumidores tiveram que assumir um passivo de mais de R\$ 100 bilhões, explicados pela permanente crise hidrológica. Para refrescar a memória, uma parte disso foi aquele empréstimo tomado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que as distribuidoras não quebrassem.

Foi uma solução inédita, na época do vale-tudo, pois não se podia falar em racionamento nem em aumento de tarifas: era período eleitoral. O consumidor

também paga por uma coisa chamada de "repactuação dos riscos hidrológicos", em que as hidrelétricas repassaram para os tansos os custos da energia que não poderiam entregar. No final das contas, as tarifas, entre 2013 e 2016, aumentaram mais de 50%. E vem mais.

Uma conta bem mais recente, de 2016, é a indenização das transmissoras, que, de uma hora para outra, passou a ser chamada de "compensação de receita", quem sabe para contornar ilegalidades ou o pagamento de tributos. Só aí são mais R\$ 62 bilhões que, a exemplo dos demais custos, já começamos a pagar. Se for incluído em tudo isso o passivo da Eletrobras, que o governo estima em mais de R\$ 90 bilhões, facilmente chegaremos em R\$ 250 bilhões, por baixo.

Todo esse montante me lembra o ano de 1975, no início da minha carreira no setor elétrico. Ao ver a hidrelétrica de Salto Osório, no sudoeste do Paraná, produzindo em sua capacidade máxima, perguntei aos operadores da usina o nome técnico daquele local por onde jorrava uma quantidade de água que eu jamais havia visto. Era o vertedouro, e recebi a explicação de que o que eu via era "dinheiro saindo pelo ladrão", pois a usina poderia gerar mais energia se tivesse mais máquinas. Nunca esqueci da expressão.

Isso me leva a falar de uma conta nova, novíssima para os consumidores de energia, que tem assustado quem entende do assunto com profundidade. Números publicados pela CCEE indicam que o GSF, do nome em inglês, ou fator de ajuste da geração das hidrelétricas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), para agosto de 2017, será menor que 63%. Isto significa que tais usinas não conseguem gerar nem 37% do que se comprometeram ao receber suas outorgas. O custo dessa geração a menos é de R\$ 6,5 bilhões só em agosto.

Como não há perspectiva de melhora da hidrologia até novembro, o custo até lá deve ser superior a R\$ 22 bilhões, aos quais devem ser adicionados os valores do restante do ano. A conta facilmente ultrapassará os R\$ 50 bilhões. Um valor insuportável para os consumidores, por isso apavora.

Se não existisse a intervenção do governo a conta para o consumidor não alcançaria os R\$ 4 bilhões

Mas seus efeitos produzem pânico. Quem pagará essa conta? Como foram as hidrelétricas que geraram menos, o passivo seria delas. Por causa de normas e regras aprovadas no passado em medidas provisórias, os custos do MRE e do risco hidrológico foram repassados aos consumidores. Em resumo, mais de 85% dos R\$ 50 bilhões serão assumidos por quem já está pagando maiores tarifas por causa da bandeira vermelha, da indenização das transmissoras etc. etc.

Mas esse não é o único custo vinculado à escassez de água. Os 25% de hidrelétricas que não aderiram à repactuação hidrológica, como não podem repassar (diretamente) seus custos para os consumidores, em geral fazem contratos de hedge, uma estratégia para se protegerem de riscos. Em fevereiro deste ano, quando já se tinha uma boa noção de que a hidrologia não seria lá essas coisas, essa proteção tinha um custo médio de R\$ 220/MWh. Ou seja, para se protegerem de um elevado fator de ajuste, que poderia ser valorado a mais de R\$ 500/MWh, as usinas pagavam 44% disso, com um custo anual de quase R\$ 9 bilhões. Claro que esse custo também será transferido para os consumidores.

Uma curiosidade, que deixaria Milton Friedman e Roberto Campos ruborizados: se não existisse a intervenção do governo, ao criar as cotas e a repactuação dos riscos hidrológicos, todas as hidrelétricas fariam seus contratos de hedge, o que reduziria os custos totais para menos de R\$ 20 bilhões e a conta para o consumidor não alcançaria R\$ 4 bilhões. Porém, como não se acredita no mercado...

Você deve estar se perguntando para onde vai todo esse dinheiro. A maior parte vai para as usinas termelétricas, que geram em lugar das hidrelétricas. A outra parte é apropriada pelos detentores dos contratos de hedge, que devem comprar energia de térmicas para respaldar suas operações. Portanto, é para as termelétricas que flui quase todo o dinheiro que escapa pelos vertedouros. Isso talvez tenha a proeza de ajudar a retirar a Petrobras do buraco, se o mercado de curto prazo da CCEE estivesse liquidando, mas aí é problema para novo artigo.

Não precisava ser assim. Desde 2014, as hidrelétricas não conseguem produzir 85% de suas garantias físicas. São fortes as evidências de que estas estejam superestimadas. 2016 seria um bom ano para revisar tais garantias, dado que as distribuidoras estavam sobrecontratadas. O assoreamento dos rios e dos reservatórios e o desvio não autorizado de água para outros usos afetam a produtividade das hidrelétricas e a energia que podem gerar. Mas ainda há tempo.

Acredito que, se a conta for bem-feita, a garantia física do conjunto de hidrelétricas deveria ser, no mínimo, 90% menor do que seus certificados atuais. Só isso representa 5.500 MW médios. Da mesma forma, se, em agosto forem excluídos da equação do fator de ajuste 4.000 MW médios da energia de reserva, a conta para os consumidores seria reduzida para R\$ 3 bilhões, e não mais R\$ 6,5 bilhões, o custo do mês.

Vê-se, nestas circunstâncias, que desde 2013 não existe água fluindo pelos vertedouros, mas há muito dinheiro saindo pelo ladrão. Em 2018, isso pode representar uma explosão das tarifas. Como gerar empregos? Como tornar a

indústria competitiva diante desse cenário? São as questões que precisam de urgentes respostas.

Edvaldo Alves de Santana é presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Marina Silva

Título: Princípio da negligência

Marcha à ré. Foi assim que em 2012 mais de mil pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra os retrocessos ambientais do governo Dilma-Temer durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A ousadia da crítica não poderia ser mais direta. Com humor, os retrocessos foram espelhados no deslocamento dos passos da multidão para trás.

Geralmente, quando um país sedia eventos internacionais como a Rio+20, ele busca liderar pelo exemplo para ter legitimidade na mediação dos debates multilaterais. O Brasil, nesse aspecto, liderava às avessas. Na ocasião, o governo havia enviado para o Congresso a Medida Provisória 558, que excluiu 86 mil hectares de sete Unidades de Conservação federais na Amazônia para abrigar canteiros de obras e reservatórios de quatro grandes barragens, nos rios Madeira e Tapajós.

Além disso, o governo Dilma-Temer havia patrocinado o desmonte da principal legislação de proteção ambiental do país, o Código Florestal, que concedeu anistia a criminosos ambientais, acabando com a obrigação pela recuperação de 41 milhões de hectares de florestas ilegalmente destruídas. Lançou e institucionalizou o prêmio da impunidade dos crimes ambientais.

A importância da Amazônia não pode ficar refém da lógica do toma lá, dá cá que tomou conta da política no país

O prenúncio da tragédia já estava exposto. As políticas de proteção e uso sustentável dos recursos naturais passaram a ser negligenciadas. O vexame e o constrangimento na Rio+20 deixavam isso claro. Não é por acaso que, ao olhar em retrospectiva, percebe-se uma inversão de tendências a partir de 2014. O ano de convergência na política dos retrocessos socioambientais.

O desmatamento aumentou mais de 60% entre 2014 e 2016 e a violência contra lideranças rurais e ambientalistas foi às alturas. Entre 2015 e 2016, os

assassinatos aumentaram 22%; as tentativas de assassinato 25%; e as ameaças de morte em 39%. O orçamento discricionário do Ministério do Meio Ambiente iniciou uma trajetória de cortes desde 2014 e, em 2017, atingiu 43%. Tudo isso para garantir ao governo Dilma-Temer a posição de lanterninha na criação de Unidades de Conservação e na homologação de Terras Indígenas em comparação com outros governos desde Collor.

Os fatos não são isolados. Há uma genealogia dos retrocessos que não pode ser negada e esquecida. Agora em carreira solo, o presidente Michel Temer continua na mesma toada e aprofunda os retrocessos iniciados pela sua ex-companheira de chapa. A extinção por decreto da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), a anulação da Terra Indígena Jaraguá, a diminuição do nível de proteção da Floresta Nacional do Jamanxim, a regularização por medida provisória de áreas desmatadas e ocupadas irregularmente e o apoio às alterações da Lei Geral de Licenciamento Ambiental são exemplos de uma herança em busca do abismo.

A marca mais recente desse descaminho foi a canetada de Temer para extinguir a Renca, uma área de 4,7 milhões de hectares, o equivalente ao território do Espírito Santo, localizada na divisa dos Estados do Amapá e do Pará, com o objetivo de facilitar a exploração mineral na região. O que pode colocar sob sério risco outras nove áreas protegidas da Amazônia: Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque; as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá; a Reserva Biológica de Maicuru; a Estação Ecológica do Jari; a Reserva Extrativista Rio Cajari; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este.

A importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo, por ser uma das mais ricas biodiversidades, pela conservação dos serviços ambientais para a geração de chuvas e o equilíbrio climático, e pela presença de comunidades tradicionais e indígenas, não pode ficar refém da lógica do toma lá, dá cá, que tomou conta da política no país.

A decisão de Temer desconsidera os graves riscos e impactos da mineração nos processos de ocupação da Amazônia, que já fizeram surgir em outras ocasiões uma descontrolada e avassaladora frente de migração, desmatamento, violência, contaminação dos recursos hídricos e degradação social. O princípio da precaução, tão importante para evitar danos irreversíveis e potenciais riscos ao meio-ambiente, foi completamente abolido. No seu lugar, instalou-se o princípio da imprudência e da negligência. A imprudência de fazer de maneira descuidada e apressada e a negligência pela omissão para evitar perdas e danos.

A governança socioambiental construída ao longo das três últimas décadas jamais poderia ser transformada em moeda de troca para beneficiar

economicamente aliados políticos do governo pelo simples fato de terem livrado o presidente das graves denúncias de corrupção. Fazer o país retornar ao passado, quando ainda não havia um sistema institucionalizado para salvaguardar o patrimônio natural brasileiro, é acelerar a velocidade das passadas para trás ao ponto de colocar sob ameaça o que foi a duras penas conquistado.

Diante de tamanho atraso na política, a sociedade brasileira precisa se mobilizar. O escritor Mario Quintana indica um caminho: "Nesses tempos de céus cinzas e chumbos, nós precisamos de árvores desesperadamente verdes".

Marina Silva, ex-senadora e fundadora da Rede Sustentabilidade, foi ministra do Meio Ambiente e candidata à Presidência da República em 2010 e em 2014. Escreve mensalmente neste espaço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De Brasília

Título: Fui pego de surpresa, diz Sarney Filho

A Lei Geral do Licenciamento pode ser aprovada em poucos dias, no Congresso, a partir de um acordo político entre o Ministério do Meio Ambiente, o agronegócio, a indústria e, dentro do governo, a Casa Civil, que representa os interesses dos ministérios dos Transportes e da Energia. Esta é a expectativa do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que diz ser porta-voz do governo Michel Temer no assunto. "O texto não é o ideal, mas foi o acordo possível", disse em entrevista ao **Valor**. "A Casa Civil respeitará o que sair daqui. Esta é a decisão do presidente."

Sarney Filho diz acreditar que o decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) só terá 20% de área passível de mineração. A mais recente polêmica ambiental do país, segundo o ministro, foi um erro de transparência, de comunicação e de origem. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi consultado em junho, se opôs em parecer técnico, mas depois não foi mais chamado a opinar. "Fui pego de surpresa", disse. "Pessoalmente acho que o decreto deveria ser revogado."

O ministro, no entanto, defende a redução de área da Floresta Nacional de Jamanxim, no Pará, outra ação controversa. Diz que é a unidade de conservação mais desmatada do país, que foi criada pensando na preservação, mas que o modelo coloca no mesmo balaio proprietários de boa fé e grileiros. A proposta do governo, no Congresso, está ameaçada por uma série de emendas que

podem cortar até um milhão de hectares, segundo algumas estimativas. Se passar no Congresso, ele pedirá veto e, depois, apoiará medidas jurídicas.

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Uma nota técnica do MMA, de junho, contradiz a narrativa do governo de que a área da Renca seria um inferno verde com garimpo ilegal. Os técnicos dizem que o grau de preservação é bastante alto e a área desmatada é apenas 1,1% do total, além da sobreposição com terras indígenas e áreas protegidas. Como o senhor vê a contradição entre a nota e o discurso?*

José Sarney Filho: Acho que o governo falhou e se equivocou em ter feito o decreto. Fomos ouvidos em junho. Nosso parecer foi contra com termos bem claros. No dia seguinte em que o Imazon [Instituto do Homem e do Meio Ambiente] anunciou que o desmatamento, que vinha em alta havia cinco anos, caiu 21%, ou seja, a reversão da curva, o governo anuncia um decreto sem ter ouvido o MMA em questões que resultam de uma intervenção na floresta amazônica.

Valor: *O MMA não foi consultado?*

Sarney Filho: Teve uma consulta formal, respondemos negativamente e depois não fui avisado de nada. Fui pego de surpresa. Minha preocupação primeira é o sinal que estaríamos passando para a região. A versão que ficou patente, predominou e é muito perigosa é a de que o governo estaria entregando parte da Amazônia para a atividade minerária. E isso poderia colocar por água abaixo toda a nossa política na Amazônia. Estivemos em todos os Estados, falamos com governadores, fizemos parcerias com municípios, sociedade civil, Poder Judiciário. Retomamos o controle do Estado na região amazônica, com todas as dificuldades. Então, nesse momento, em que temos uma notícia positiva, dada por uma ONG respeitada, vem um decreto que não vai resultar objetivamente em nada.

Valor: *O que o sr. quer dizer?*

Sarney Filho: Que não vai ter atividade minerária. Depois do segundo decreto, deixa-se bem clara a impossibilidade de se fazer mineração nas unidades de conservação e terras indígenas que estão lá.

Valor: *Mas já há leis que impedem mineração nessas áreas.*

Sarney Filho: Sim, está dentro do Snuc [Sistema Nacional de Unidades de Conservação]. O que quisemos foi deixar claro que aquela região não estava sendo entregue à atividade minerária. Era preciso que se frisasse isso no decreto. Embora o ideal, no meu ponto de vista, era que o governo

simplesmente revogasse o decreto, já que acho que ele não vai ter função prática. Nenhuma grande mineradora vai querer investir em uma região que está sub judice.

Valor: *O sr. acha que não vai dar em nada?*

Sarney Filho: Com as ressalvas que já existiam e foram clarificadas, menos de 20% da área é passível de mineração.

Valor: *Então a área serve para quem? Abriu para quem? E por que agora?*

Sarney Filho: É bom perguntar no setor de Minas e Energia por que foi feito dessa forma. Eu não entendi. E é possível que o Congresso faça um projeto de decreto legislativo sustando os efeitos do decreto. E já tem vários pedidos, além de haver a via judicial.

Valor: *Há críticas de que faltou transparência e de que a comunicação foi atrapalhada.*

Sarney Filho: Acho que sim. Na medida em que mexer em uma parte grande da Amazônia é feito sem ouvir o Ministério do Meio Ambiente, no dia seguinte em que se anuncia a queda do desmatamento, é porque houve falta de comunicação interna do governo. Quero acrescentar que estou destinando recursos específicos para fiscalização daquela região, como fiz em Jamanxim, onde o desmatamento caiu em 60%.

"O ideal era que o governo simplesmente revogasse o decreto, já que acho que não vai ter função prática"

Valor: *Sobre a Floresta Nacional do Jamanxim, existiu a medida provisória, que foi vetada, mas há um novo projeto de lei. É outro caso confuso.*

Sarney Filho: A Flona do Jamanxim foi criada em um mosaico de unidades de conservação (UCs) para preservar a área da BR-163. A intenção foi a melhor possível, era o que se pensava na época, que seria o correto para proteger a Amazônia de uma estrada asfaltada e do efeito do desmatamento. Só que, da maneira como foi feita, sem discussão com a sociedade local, se incorporaram propriedades que já estavam produzindo dentro da legalidade. Quando se criou a UC sem regularização fundiária adequada, colocaram-se no mesmo balaio os proprietários de boa-fé e os grileiros. E ficou uma terra de ninguém, o pior dos mundos. Quando cheguei ao ministério havia uma discussão sobre o aumento do desmatamento ali. O ICMbio dizia que o ideal seria que se afastasse um pouco o limite da Flona para fazer a regularização fundiária com todas as precauções legais de que não se iria beneficiar grileiro. Temos todo o levantamento.

Valor: *Mas não deu certo. Quando chegou ao Congresso...*

Sarney Filho: O problema é que, se o Congresso acatasse a proposta que é oriunda de um parecer técnico do ICMbio... É até má-fé pensar que técnicos do ICMbio, que são dedicados e comprometidos com a sustentabilidade, que fariam um parecer que iria flexibilizar qualquer tipo de desmatamento na Amazônia. Não procede. A mudança era para diminuir o desmatamento ali. Reconheço que foi um erro meu de avaliação ter feito essa proposta técnica através de medida provisória. Deveria ter sido por projeto de lei. A MP foi descaracterizada e vetada na íntegra.

Valor: *Mas agora tudo se repete.*

Sarney Filho: Agora, mandamos um projeto de lei também com parecer técnico, com termos mais rigorosos e que nos dão tranquilidade de que não vai haver desmatamento nem anistia a quem desmatou ilegalmente. Mas está sendo novamente descaracterizado no Congresso.

Valor: *O novo projeto corta cerca de 350 mil hectares de Jamanxim.*

Sarney Filho: Não é "corta", aí está um equívoco de avaliação. Não se está liberando para desmatar. Está deixando de ser Flona para que se possa dar os nomes dos proprietários legítimos e punir grileiros. Essas propriedades desafetadas, desde que legítimas, vão ter que manter 80% de área preservada, vão ter que ter atividade coerente com o plano de manejo da Área de Preservação Permanente (APA). O plano de manejo de APA pode ser permissivo ou rigoroso.

Valor: *Mas voltou ao Congresso em regime especial, recebeu várias emendas que, segundo alguns cálculos, podem significar a redução de áreas protegidas em 1 milhão de hectares. O que, afinal, o governo está fazendo?*

Sarney Filho: O Congresso, até diante da discussão levantada com a província mineral [Renca], deveria ter mais consciência de que mexer em proposta técnica, em um momento em que estamos diminuindo o desmatamento, seria um desserviço ao país.

Valor: *O sr. está fazendo um apelo ao Congresso?*

Sarney Filho: Sim. Acredito que os parlamentares terão o bom senso necessário de aprovar o que saiu da proposta técnica, integralmente, sem mexer. Vamos lutar por isso. Se isso não ocorrer, lutaremos pelo veto. Vamos apoiar iniciativas jurídicas que possam barrar esse decreto. O Ministério Público já adiantou e alguns desembargadores federais com os quais conversei acham que reduzir

unidades de conservação sem parecer técnico do órgão é inconstitucional. Não espero chegar a esse ponto.

Valor: *Mas qual a mensagem que o governo está dando para outras unidades de conservação que também têm ocupação e pressão?*

Sarney Filho: Jamanxim foi a unidade de conservação que mais desmatou nos últimos cinco anos. Esse é o problema. Não estava servindo para nada, só para acobertar a ilegalidade. O que fizemos lá, se sair na lei, vai servir de exemplo, sim. Diminuir a possibilidade de que em outras UCs ocorra o que ocorreu lá, que é um desmatamento desenfreado. Parece que estamos pegando uma área imaculada e tirando para dar a grileiros. Não.

Valor: *Essa mensagem não chegará truncada à região?*

Sarney Filho: A mensagem já está clara porque ali estamos fazendo operações constantes. Na região já tem cem membros da Guarda Nacional, é o lugar onde estamos concentrando o maior número de operações. Está bem clara a presença do Estado, e o desmatamento já caiu 60% desde que entramos no ministério.

Valor: *A lei de regularização fundiária, para os ruralistas, ou lei da grilagem, para os ambientalistas, é tida como outro grande retrocesso.*

Sarney Filho: Estamos cuidando de nosso setor, mas muitas de nossas propostas não foram aceitas.

"É incrível que a melhor notícia dos últimos tempos, a queda do desmatamento, não tenha destaque"

Valor: *Em relação ao licenciamento, há um consenso político acertado? A Lei Geral do Licenciamento tem finalmente um texto acordado?*

Sarney Filho: Desde que entrei, conforme havia dito, pedi à Suely [Araújo, presidente do Ibama], que começasse as tratativas para se fazer uma Lei Geral do Licenciamento. Ela é necessária para dar segurança jurídica, previsibilidade e também para o ambiente. Do jeito que está é confuso, existem decisões contraditórias. Começamos um processo de conversas com todos os setores produtivos como CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária), CNI (Confederação Nacional da Indústria), Fiesp, FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), ONGs, Ministério Público. Conseguimos chegar a um nível de consenso razoável. Não é unanimidade. O Ministério Público tem suas restrições, as ONGs também, o pessoal da produção também, cada um a determinados artigos, mas isso foi sendo negociado. Há dois meses chegou-se a um termo com dois dissensos.

Valor: *Quais?*

Sarney Filho: Um era relativo a áreas prioritárias para o meio ambiente, o critério locacional. O impacto de uma mineração localizada na área da Renca é diferente do impacto da mesma mineradora em Minas Gerais, em área já antropizada e onde há outras mineradoras. Isso é importante.

Valor: *Este é um buraco na legislação atual.*

Sarney Filho: Sim. Hoje, para se fazer um empreendimento na Grande São Paulo há nível de exigências similar ao da Amazônia. Não tem sentido.

Valor: *Mas o setor industrial tinha resistências a isso.*

Sarney Filho: Sim, tinha. E havia também resistências ao poder do ICMBio de opinar no licenciamento. Íamos a Plenário com os dois destaques para votar. Na véspera da votação vieram com uma proposta modificando completamente o que tinha sido acordado. Quiseram dar um golpe, o pessoal da CNA, da CNI, junto com setores da Casa Civil, que queriam resolver problemas pontuais dos ministérios dos Transportes e Energia. Voltamos à discussão, ganhamos tempo na Comissão de Finanças e Tributação, retirando sempre a proposta de Mauro Pereira (PMDB-RS) modificada. E agora conseguimos um consenso em torno de uma nova proposta sem mexermos em nada, sem nenhum destaque. Aceitaram o critério locacional e também o do poder dos órgãos das unidades de conservação.

Valor: *A última palavra é de quem?*

Sarney Filho: Do órgão licenciador. A legislação do Snuc prevê que o parecer dos órgãos de conservação é vinculante apenas nos casos de empreendimentos com Estudos de Impacto Ambiental.

Valor: *Os ministérios das Minas e Energia e Transportes têm interesses claros no licenciamento e não muito adequados ambientalmente. Com o setor ruralista e indústria o sr. diz que já está acertado um texto, mas e no governo?*

Sarney Filho: Um texto que não é o ideal, mas o possível. É um avanço.

Valor: *Como está na Casa Civil?*

Sarney Filho: A Casa Civil respeitará o que sair daqui. Essa é a decisão do presidente.

Valor: *Quando será votado, na sua previsão?*

Sarney Filho: Ainda estamos vendo a melhor data. Tenho receio que haja novidades. Está pacificado, mas não estou ainda muito tranquilo. Só estarei quando estiver sendo votado em Plenário.

Valor: *Como se governa com a bancada ruralista tão forte? Ela consegue tudo o que quer, e historicamente, o que ela quer, é terra. Da área ambiental e indígena.*

Sarney Filho: Nós conseguimos arquivar o licenciamento da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Tiramos incentivos de termelétricas movidas a carvão mineral e óleo combustível junto com o BNDES. Fechamos a parte antiga da usina a carvão de Candiota. Agora negamos a licença para exploração de petróleo na foz do Amazonas. Conseguimos concluir o Cadastro Ambiental Rural, que estavam pensando em dois anos, fizemos em seis meses. Hoje, o desmatamento é contido por comando e controle, que não é o ideal, mas tenho dado ênfase em reforçar reservas extrativistas aumentando o preço mínimo dos produtos da biodiversidade. Ampliamos reserva marinha no Rio Grande do Sul. Estamos avançando. Tenho certeza de que, se não estivéssemos neste ministério, não estaríamos fazendo isso tudo. As grandes ONGs do Brasil pediram que eu não saísse.

Valor: *Mas o cenário é muito ruim para o ambiente.*

Sarney Filho: Temos que nos desdobrar. O trabalho é muito grande. Atendo deputados de todo tipo, a bancada ruralista me procura muito. Temos conversado. Acho que o agronegócio tem que ter consciência e se adequar à nossa legislação. Saber a importância da Amazônia para o regime de chuvas no Sudeste. Estamos fechando agora uma espécie de moratória da carne.

Valor: *O que é isso?*

Sarney Filho: Não chamamos assim, mas é tipo uma moratória da soja. É um acordo para que os compradores só comprem carne de origem legal e os pecuaristas não desmatem mais, mesmo que tenham condições legais de desmatar. Que fiquem em suas áreas e não desmatem mais. Mas devo dizer que é incrível que a melhor notícia dos últimos tempos não tenha destaque.

Valor: *Qual?*

Sarney Filho: A da queda do desmatamento em 21% nos últimos 12 meses, medida pelo Imazon, divulgada nos últimos dias.

Valor: *Mas é que a taxa oficial é dado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [Inpe]. E os governos têm a tradição de desqualificar os dados do Imazon, dizendo que são dados de uma ONG, quando o desmatamento cresce.*

Sarney Filho: Tinha tradição. No ano passado eles disseram que era 30% e foi 29%. Eu considereei. E temos dados que dizem que até no Cerrado o desmatamento diminuiu.

Valor: *Quanto o sr. tem colocado no comando e controle?*

Sarney Filho: Eram R\$ 80 milhões, nós colocamos R\$ 130 milhões, com adição de Fundo da Amazônia. É o que conteve o desmatamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Luísa Martins e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Juiz do DF suspende decreto que extinguiu a Renca

O juiz Rolando Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, concedeu liminar e suspendeu, em caráter imediato, todo e qualquer ato administrativo do governo federal que leve à extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na floresta amazônica. A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, em nota, que vai recorrer.

Spanholo afirmou, na decisão, que o presidente Michel Temer só poderia tomar a iniciativa de alterar a forma do uso dos recursos da área - criada em 1984, com mais de 4 milhões de hectares entre os Estados do Pará e do Amapá - enviando um projeto de lei ao Congresso, e não por decreto.

"A floresta amazônica brasileira é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais", escreveu o magistrado.

O governo Temer anunciou, na última semana, a extinção da reserva, cujo tamanho é equivalente ao território da Dinamarca. Depois da repercussão negativa, o decreto passou por alterações, mas manteve liberada a exploração mineral na área.

Ontem, o Psol chegou a protocolar no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação para tentar suspender a medida. No entanto, depois que o sistema eletrônico da corte sorteou Gilmar Mendes como relator, o partido desistiu. Pelo mesmo motivo, o Rede Sustentabilidade, que ajuizaria processo semelhante, optou por não fazê-lo.

O receio dos partidos é de que o ministro, cuja conduta é considerada por eles alinhada ao governo, rejeite o pedido de liminar e anule a validade de decisões de instâncias inferiores favoráveis à oposição, como a do juiz de Brasília. "Vamos retirar porque Gilmar é um cara do Temer. Não vamos arriscar", disse ao **Valor** o deputado Ivan Valente (Psol-SP).

Mesmo em viagem à Romênia, onde participa de evento em Bucareste, Gilmar assinou despacho determinando que o presidente Michel Temer se explique, no prazo de dez dias, sobre o decreto que extinguiu a Renca.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Leilão da ANP atrai mais estrangeiras

Seis petroleiras estrangeiras estão buscando oportunidades para entrar no mercado brasileiro este ano, a partir da 14ª Rodada de blocos exploratórios, em setembro. A lista inclui desde gigantes do setor, como a Petronas, da Malásia, a produtores independentes de menor porte, como indiana Capricorn e a americana Murphy Oil.

Chama a atenção também a presença das alemãs: Wintershall e DEA Deutsche Erdoel AG estão entre as 32 inscritas no leilão. A lista inclui, ainda, companhias nacionais estreantes no mercado de óleo e gás, como a Bertek e a Greenconsult, que miram, sobretudo, ativos terrestres.

Murphy Oil e Wintershall não são inteiramente estreantes. Embora não possuam ativos no país, já chegaram a participar de alguns leilões no início dos anos 2000, no Brasil. A alemã, inclusive, saiu como vencedora na 4ª Rodada, em 2002, ao arrematar três concessões, mas depois saiu do país.

A grande novidade da 14ª Rodada gira em torno da Petronas, uma das maiores petroleiras do mundo, com uma produção de óleo e gás média de 2,39 milhões de barris de óleo equivalente (BOE/dia), e que nunca participou de um leilão no Brasil. O **Valor** apurou que a estatal malaia vem mapeando oportunidades de negócios desde o ano passado. Esta, aliás, não é a primeira vez que a Petronas se aproxima do mercado brasileiro. Em 2013, chegou a fechar um acordo com a OGX, para comprar 40% do campo de Tubarão Martelo (Bacia de Campos), mas desistiu depois que a antiga petroleira de Eike Batista entrou em recuperação judicial.

"Vejo com bons olhos a estreia da Petronas nos leilões. Estamos falando de uma grande estatal. A 14ª Rodada, aliás, se caracteriza pelo perfil variado das

petroleiras inscritas. Temos as grandes 'players', muitos produtores independentes..." avalia o diretor da Accenture Strategy Energy, Matheus Nogueira.

A pouco menos de um mês para a licitação, as companhias intensificam os estudos sobre os ativos disponíveis e buscam parcerias. Controlada pela LetterOne Energy, a alemã DEA, por exemplo, fechou em julho um acordo com a australiana Karoon para avaliar conjuntamente oportunidades de negócios no Brasil. O foco da parceria está na exploração e produção de ativos offshore (marítimos). Além da 14ª Rodada, a empresa também avalia oportunidades de aquisições no país e assumiu uma opção de compra de 50% de Echidna e Kangaroo, descobertas feitas pela Karoon no pós-sal de Santos.

No ano passado, o presidente do conselho de administração da LetterOne, Lorde Browne, disse ao **Valor** que a meta da companhia era que o Brasil respondesse por 25% da produção da empresa, contribuindo para que a petroleira alcançasse um patamar de 300 mil barris/dia - a DEA produz, em média, 138 mil barris/dia, com foco no Mar do Norte e Alemanha.

Outra que se prepara para estreiar nos leilões da ANP é a Petro Victory. Oriunda do Texas, EUA, a empresa foi criada com o foco na exploração e produção de campos terrestres no Brasil. Em julho, anunciou sua entrada no mercado brasileiro, por meio da aquisição de quatro campos no Nordeste, mas ainda aguarda o aval da ANP para assumir os ativos. Enquanto isso, mira oportunidades para fortalecer sua presença no país.

A 14ª Rodada será a primeira licitação de blocos exploratórios desde a flexibilização do conteúdo local e da extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás). Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, a movimentação em torno da formação de consórcios, às vésperas da licitação, está mais intensa este ano, na comparação com a 13ª Rodada, de 2015, considerada um fracasso.

Advogada do setor de energia do Rolim de Mello Sociedade de Advogados, Ludmila Corkey comenta, no entanto, que o número de estreantes poderia ter sido ainda maior se o governo tivesse conseguido anunciar a prorrogação do Repetro antes do fim do prazo de inscrição na rodada.

"A extensão do Repetro é uma sinalização muito positiva para o leilão, porque tem um impacto muito grande, pode representar a viabilidade ou não de um projeto de exploração. Mas investidores podem ter deixado de entrar na licitação [porque houve uma demora no anúncio]", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Reajuste da Petrobras

A Petrobras anunciou ontem aumento de 2,5% no preço do diesel e alta de 0,5% no valor da gasolina vendida nas refinarias. Os reajustes valem a partir de hoje. Na terça-feira, a estatal informou elevação de 0,5% no diesel e queda de 1,1% na gasolina. Os ajustes eram válidos a partir de ontem. A Petrobras passou a adotar uma nova metodologia em sua política de ajuste de preços em 3 de julho, com as revisões diárias. Desde o início da nova política, a gasolina subiu 5,64% e o diesel, 11,48%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio**Título:** Aneel pede que Eletrobras abra números de usinas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer que a Eletrobras apresente os números relativos aos gastos com consumo de combustível e de geração de energia por usina no Amazonas para que a autarquia possa rever os cálculos da Conta de Consumo de Combustível (CCC) da estatal. O último relatório de fiscalização do órgão regulador decidiu que a elétrica devolva R\$ 3 bilhões pelo uso irregular de recursos da CCC relativos à Amazonas Distribuidora de Energia, subsidiária da estatal.

"A Eletrobras tem uma dificuldade em mostrar os números", afirmou Tiago Correia, diretor da Aneel, após participar do Brazil Windpower, principal evento do mercado de energia eólica do país.

Segundo ele, na prática, a Eletrobras apresentou números agregados relativos ao uso de combustíveis para geração térmica no Amazonas. A agência, porém, quer que sejam apresentados números por usinas. "Medição agregada não serve".

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr. informou recentemente que a companhia iria recorrer da decisão da agência sobre a CCC. A estatal entende que, na verdade, é credora na conta e que tem a receber cerca de R\$ 2 bilhões.

"A Aneel não tem má vontade. Tem que demonstrar [que usou o combustível para geração de energia]. Não é fiscalização de mérito, é fiscalização de uso. Se demonstrar que usou, está feito", explicou o diretor da autarquia.

Correia também rebateu as críticas da Eletrobras com relação ao entendimento da agência sobre as cláusulas de "ship or pay" e "take or pay" dos contratos de fornecimento de gás para térmicas do Amazonas. A estatal diz que a CCC prevê a cobertura dos gastos com o gás mesmo que ele não seja utilizado pela usina. Correia, porém, alega que as usinas não estavam prontas e, por isso, não deveria ser cobrado essas cláusulas no cálculo da CCC.

"A CCC diz que essa reserva [de gás] é para geração de energia, mas é preciso ter a usina", disse.

Correia espera que, em âmbito administrativo, o assunto seja resolvido ainda este ano.

A Eletrobras precisa resolver o processo da CCC na Aneel para concluir a negociação da parte da dívida com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis, que não é coberta pelo encargo. O valor total da dívida é de R\$ 16,7 bilhões. Desse total, um montante de R\$ 10,1 bilhões já foi objeto de dois contratos para repactuação de dívida entre as duas companhias. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação. E é em relação à essa cifra que a Eletrobras busca preencher parte com recursos da CCC.

A negociação da dívida em aberto é essencial para os processos de privatização da Amazonas Distribuidora de Energia e da BR Distribuidora. No caso da Amazonas, o objetivo da Eletrobras é realizar a venda ainda este ano.

Com relação ao leilão de desconstratação, realizado na segunda-feira, Correia explicou que a Aneel pretende acelerar o processo de cassação dos projetos de energia de reserva que não foram construídos e não negociaram a desconstratação dos contratos no leilão. "Acredito que a gente já traga na primeira quinzena de setembro a primeira decisão de cassação", disse. Ao todo, 198 empreendimentos estavam com problemas na implantação. Desses, apenas 25 projetos (16 eólicos e nove solares) encerraram os contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Deputado questiona supersalários de Itaipu

Ao participar de debate sobre a reforma da Previdência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o deputado João Arruda (PMDB-PR) questionou ontem os "supersalários" que compõe a folha de pagamento da Itaipu Binacional, onde há diretores recebendo quase R\$ 70 mil por mês.

"Em um momento difícil da economia, acho que temos que dar exemplo cortando na própria carne. Não vai ser tirando do trabalhador rural, por meio da reforma da Previdência, que vamos conseguir equilibrar as contas públicas. Quando se fala em ajuste fiscal, é preciso começar de dentro para fora", afirmou o pemedebista.

De acordo com documento apresentado pelo parlamentar, os honorários pagos ao diretor-geral da Itaipu chegam a soma de R\$ 69.656,35, enquanto outros quatro executivos - responsáveis pelo setor administrativo, financeiro, jurídico e de coordenação - recebem R\$ 67.254,41 por mês.

Em seu questionamento sobre os supersalários, Arruda destacou o fato de cada diretor possuir três assessores especiais, que recebem entre R\$ 5.902,02 e R\$ 21.100,35.

Em sua fala, o parlamentar do PMDB destacou ainda o fato de cinco conselheiros de administração da companhia, que, segundo ele, participam de reuniões apenas uma vez por mês, receberem R\$ 27.061,89.

"Conselheiros, que participam de reunião uma vez por mês, ganham mais de R\$ 27 mil por mês. Com esse cenário de supersalários, o clima fica ainda mais inviável para conseguirmos aprovar a reforma da Previdência no Congresso. Há muitas outras coisas para mudar ainda", disse Arruda.

Após negar um primeiro requerimento do pemedebista para que apresentasse sua folha de pagamento, a Itaipu Binacional cedeu às pressões de Arruda e enviou ao Congresso os números que sempre foram tratados com sigilo.

A revelação dos supersalários ocorre em meio ao avanço do processo de privatização da Eletrobras, que está dando dor de cabeça para os executivos da Itaipu Binacional, empresa da qual a estatal divide o controle com o Paraguai com 50% do capital.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rodrigo Rocha | Do Rio e de São Paulo

Título: Aberdeen quer eleger dois conselheiros na Vale

A gestora britânica Aberdeen Asset Management indicou Sandra Guerra e Isabella Saboia para as duas vagas abertas no conselho de administração da Vale. Mas o **Valor** apurou que a disputa por essas vagas promete, mais uma vez, ser acirrada. Fundos brasileiros donos de ações da mineradora também devem lançar candidatos e uma fonte disse que existem articulações em curso para que novos nomes sejam apresentados na eleição, prevista para o dia 18 de outubro, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da companhia.

Nessa data devem ser eleitos dois representantes independentes para o conselho de administração da empresa. A escolha de conselheiros independentes foi um compromisso assumido pela Vale no processo de unificação de ações preferenciais em ordinárias e de migração da empresa para o Novo Mercado da B3.

O processo de unificação de ações ainda está em curso e, em 18 de outubro, a empresa tentará garantir a conversão de ações preferenciais remanescentes que não aderiram à conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias encerrada em 11 de agosto. Na ocasião haverá uma AGE seguida de uma assembleia especial dos preferencialistas.

Sandra e Isabella, indicadas pela Aberdeen, são duas conceituadas especialistas brasileiras em governança corporativa. Sandra é uma das fundadoras do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e foi presidente do conselho da entidade entre 2012 e 2016. Isabella foi sócia de gestoras de recursos, atuou por dois anos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e participa de uma série de conselhos de empresas.

"A reestruturação corporativa é o começo e não o fim da jornada de governança corporativa da Vale, com os conselheiros independentes desempenhando um papel fundamental para garantir seu sucesso", afirmou Peter Taylor, diretor da operação brasileira da Aberdeen, em nota.

As solicitações de inclusão de nomes de candidatos ao conselho de administração no chamado boletim de voto a distância devem ser recebidas até 13 de setembro.

Em abril houve também uma disputa acirrada entre minoritários que tentavam eleger representantes independentes para o conselho da mineradora. Mas o processo, para frustração do mercado, terminou sem a escolha de nenhum minoritário independente para o conselho ao fim de uma demorada Assembleia Geral Ordinária (AGO), em 20 de abril.

Acionistas presentes àquela AGO não puderam votar com parte de suas ações por descumprirem exigências da Lei das S.A., de acordo com argumentos

apresentados pela mineradora. Dessa forma, não se atingiu o quórum suficiente para a eleição de pelo menos um minoritário. O resultado da AGO foi duramente criticado pela Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec).

Na ocasião, a própria Aberdeen havia indicado Sandra e Isabella em uma chapa que foi vista pelo mercado à época como uma tentativa de impedir a eleição de Marcelo Gasparino e Bruno Bastit, indicados por um fundo de investimentos da Geração Futuro L. Par, VIC Corretora e Victor Adler. Não está claro se esses investidores poderiam lançar novamente a chapa para concorrer com a Aberdeen.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Estados mineradores ganham relatoria de MPs

As três medidas provisórias que mexem com regras na indústria de mineração e aumentam os royalties cobrados no setor caíram nas mãos de parlamentares aguerridos dos maiores Estados produtores: o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e os deputados Marcus Pestana (PSDB-MG) e Leonardo Quintão (PMDB-MG).

A escolha tem o potencial de causar dores de cabeça às empresas, que já vinham reclamando do aumento da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem). Ter relatores do Pará e de Minas Gerais, os dois maiores produtores nacionais, pode abrir caminho para novas mudanças que elevem ainda mais os royalties. O governo já estimava uma alta em torno de 80% nas receitas da Cfem com as alterações de alíquotas propostas no texto original. No ano passado, a arrecadação total alcançou R\$ 1,8 bilhão.

As comissões mistas do Congresso Nacional responsáveis pela análise das medidas provisórias foram instaladas ontem. No Palácio do Planalto, havia discreta preferência por nomes de perfil mais baixo ou mais "neutros" em relação ao setor. Teme-se ainda efeitos da "agenda negativa" causada pelo vaivém no decreto de extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) sobre a tramitação das medidas.

O relator da MP 789, que trata especificamente dos royalties, será Marcus Pestana. Houve apresentação de 250 emendas ao texto enviado pelo governo - muitas propondo tributos maiores.

Hoje a alíquota sobre o minério de ferro é de 2%. O governo quer uma tabela variável em que a taxação poderá chegar a 4%, dependendo do preço da

commodity no mercado internacional. Há aumentos também para o ouro (de 1% para 2%) e para o diamante (de 2% para 3%). Além disso, a cobrança passa a ser sobre o faturamento bruto, que inclui gastos com fretes e seguros. Hoje a incidência é sobre receitas líquidas.

Para se ter uma ideia da pressão que Pestana enfrentará, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) lançou campanha para defender alíquota fixa de 4% sobre o ferro.

Na avaliação da entidade, a tabela desenhada pelo governo dificilmente resultará na cobrança de 4%. Esse percentual será aplicado apenas quando o preço ultrapassar US\$ 100 por tonelada, o que não está no radar. "No cenário atual que estamos vivendo, sabemos que é improvável o preço do minério chegar a US\$ 100, por isso estamos pressionando a fim de conseguir alterações nesse ponto do projeto", diz o presidente da associação, Vitor Penido.

Flexa Ribeiro ficou com a relatoria do novo marco regulatório do setor, a MP 790, que traz 23 mudanças no código de mineração em vigência desde 1967. Já o deputado Quintão será o relator da MP 791, medida provisória que cria uma agência reguladora lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que hoje fiscaliza a atividade minerária. A bancada do PMDB de Minas já deixou claro que pretende indicar os futuros diretores.

Ao todo, nos três textos, foram apresentadas 492 emendas parlamentares. A reforma do setor foi fatiada porque a experiência feita pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff mostrou-se ineficaz: ela mandou um único projeto de lei, em 2013, mas havia tantas divergências que ele jamais foi levado para o plenário na Câmara.

MME / ASCOM .